



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2026/PGT/MPT (UASG 200200)
PGEA Nº 20.02.0001.0006133/2025-79

Objeto	Seleção de empresa visando o Registro de Preços para fornecimento de materiais relacionados à manutenção predial, abrangendo gás engarrafado, material para manutenção de bens imóveis, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material de limpeza e produtos de higienização (álcool em gel), bem como ferramentas, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos.
Data/Horário de Abertura do Pregão	13/02/2026, às 13h:00 (horário de Brasília-DF)
Local	Sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br
Edital disponível:	https://www.gov.br/compras/pt-br https://mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadas.xhtml
Esclarecimentos e Impugnações:	Até a data 10/02/2026 , direcionado ao e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br
Vistoria:	Não

ANEXOS AO EDITAL

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo I.I – Anexo I do Termo de Referência – Especificações Técnicas
- Anexo II – Modelo de proposta e valores máximos admitidos
- Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo IV – Instrução Normativa DG/PGT nº 02/2024 – Dosimetria de penalidades
- Anexo V – Estudo Técnico Preliminar

RELAÇÃO DOS GRUPOS/ITENS (ver Anexo I.I)

Grupo	Item	Descrição	Exclusiva ME/EPP	Valor Máximo Admitido
-	1	Gás refrigerante para sistemas de refrigeração R410a – botija com 11,3kg.	Sim	R\$ 25.163,40
-	2	Álcool em Gel 70%, Refil com 800ml para antissepsia complementar das mãos	Sim	R\$ 3.897,00
1	3 a 15	Materiais para manutenção de bens imóveis	Sim	R\$ 17.403,92
2	16 a 21	Materiais para manutenção de bens imóveis	Sim	R\$ 1.727,02
3	22 a 33	Materiais para manutenção de bens imóveis	Sim	R\$ 2.955,80
4	34 a 41	Materiais para manutenção de bens imóveis	Sim	R\$ 10.527,85
-	42	Fechadura tipo fecho tarjeta livre/ocupado, laminado, estrutura TS, acabamento em nylon, cor preta	Sim	R\$ 1.172,40
-	43	Mola Hidráulica Aérea para porta de madeira e	Sim	



		alumínio, cor cinza, suporta até 45KG		R\$ 3.872,20
-	44	Espuma Tarucel (Roudex) 6mm cordão de espuma para vidro/divisória – 6mm, rolo com 50 metros	Sim	R\$ 309,50
5	45 a 51	Materiais para manutenção de bens móveis	Sim	R\$ 19.821,43
6	52 e 53	Materiais para manutenção de bens móveis	Sim	R\$ 6.832,00
7	54 a 70	Materiais Elétricos e Eletrônicos	Sim	R\$ 32.170,15
8	71 e 72	Materiais Elétricos e Eletrônicos	Sim	R\$ 2.375,20
9	73 a 77	Materiais Elétricos e Eletrônicos	Sim	R\$ 4.717,00
10	78 a 83	Ferramentas	Sim	R\$ 1.900,05

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Habilitação Jurídica tópico **17.9**
- Habilitação Técnica tópico **17.10**
- Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista tópico **17.11**

A PROCURADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, CNPJ/MF nº 26.989.715/0055-03, situada no SAUN, Quadra 5, Lote “C”, Torre “A”, Brasília/DF - CEP: 70.040-250, por intermédio de Agente da Contratação (Pregoeiro), designado pelas Portaria nº 1167/2023 de 06 de agosto de 2023, atualizada pelas Portarias nº 2160/2023 e 194/2024 - DG/PGT, torna público para ciência dos interessados, que na data e horários estabelecidos na folha de rosto, por meio de recursos de tecnologia da informação – *Internet* e do sistema Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob o Sistema de Registro de Preços, visando contratação com forma de **execução indireta**. O processo licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 11.462/2023 (REGISTRO DE PREÇOS), Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas que regem a espécie, subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Seleção de empresa visando o registro de preços para fornecimento de materiais relacionados à manutenção predial, abrangendo gás engarrafado, material para manutenção de bens imóveis, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material de limpeza e produtos de higienização (álcool em gel), bem como ferramentas, de acordo com as especificações e condições descritas neste Edital e seus anexos.

1.2. Prevalecerão as especificações do objeto discriminadas no Termo de Referência, caso haja divergência entre elas e as informadas no sistema eletrônico.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, integra o processo administrativo da presente contratação, servindo como documento de planejamento e fundamentação da necessidade e da solução adotada.

3. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS

3.1. O agrupamento dos materiais, quando aplicável, é indispensável em razão da natureza dos itens que compõem a contratação, correlacionados por tipo/gênero, bem como da economia de escala e da eficiência administrativa obtidas com o maior volume da contratação e da atratividade do certame para potenciais licitantes, conforme pode ser observado no **Capítulo 16 do Termo de Referência**.

3.2. As licitantes deverão demonstrar em sua proposta os valores unitários utilizados para composição do preço total de cada grupo.

3.3. A aquisição dos itens que não possuem similaridade de gênero/tipo ou são fornecidos por nichos distintos de mercado será processada mediante adoção do critério de julgamento de menor preço por item.

4. DO ORÇAMENTO

4.1. As despesas inerentes ao objeto desta licitação estão programadas em dotação orçamentária do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, empenhadas na modalidade ordinária, no **Programa de Trabalho** relativo à Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, classificadas no **Elementos de Despesa**: 33.90.30-04; 33.90.30-22; 33.90.30-24; 33.90.30-25; 33.90.30-26 e 33.90.30-42

5. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPUTA

5.1. Poderá participar deste Pregão qualquer pessoa interessada devidamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) que atenda às condições e termos deste Edital e seus anexos e que atue no ramo de atividade empresarial que abranja o objeto desta licitação.

5.2. Caberá à pessoa interessada em participar da licitação observar as disposições do art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.3. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação e proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização, sob pena de desclassificação no momento da etapa de habilitação da licitação.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa (SC) deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possa usufruir do tratamento diferenciado favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica que esteja em alguma das situações previstas no §4º, do art. 3º, daquela Lei.

5.6. Não poderão disputar desta licitação:

5.6.1. Os enquadrados nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

5.6.2. Quem não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

5.6.3. Os constituídos na forma de sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.6.4. Quem esteja em processo de falência, dissolução, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;

5.6.5. Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionarem no país;

5.6.6. Empresários ou sociedades empresariais cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto desta licitação;

5.6.7. Empresários ou sociedades empresariais que tenham sócio, gerente ou diretor que seja membro ou servidor em exercício no Ministério Público do Trabalho, ocupante de cargo de direção no Ministério Público da União, servidor cedido ou colocado à disposição deste Ministério por órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Ministério Público do Trabalho, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

5.6.8. Cooperativas de mão de obra que não atendam ao art. 16 da Lei 14.133/2021;

5.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.



6. DA EXCLUSIVIDADE ÀS ME, EPP, SC

6.1. Os itens e grupos do objeto desta licitação serão disputados exclusivamente por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), pois os respectivos valores máximos totais por item e grupo foram estimados abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.2. A obtenção do benefício a que se refere este capítulo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente** por correspondência eletrônica para o endereço pgt.pregao@mpt.mp.br.

7.2. O Agente da Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo devido, nos termos do **tópico 7.7**, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

7.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.Gov.Br e vincularão os participantes e a Administração.

7.4. A impugnação não possuirá efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, **decidir sobre a impugnação no prazo legal**, definido no **tópico 7.7**, contado da data de recebimento da impugnação.

7.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.7. A resposta ao pedido de esclarecimento ou à impugnação será divulgada no Portal da Transparência desta Procuradoria-Geral do Trabalho, bem como no endereço eletrônico www.Compras.Gov.Br, e ainda encaminhada por e-mail ao proponente, **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

8.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os custos tais como: tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

8.2.1. Ocorrências dessa natureza não serão consideradas como fatos supervenientes para a atualização de valores na composição dos custos durante a execução do contrato, exceto se houver previsão legal.

8.3. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado naqueles termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

8.5.1. Com fundamento no inciso IV, do art. 15, do Decreto 11.462/2023, a licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

8.6. A licitante deverá firmar as seguintes declarações, diretamente no Sistema, como condição de participação e de habilitação:

- a) Ciência do inteiro teor do instrumento e ato convocatórios;
- b) Integralidade de custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutos vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas estão inclusas na presente proposta;
- c) De atendimentos aos requisitos de habilitação previstos em lei e no edital;
- d) De inexistência de impedimento à habilitação e obrigação de comunicação de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) De cumprimento à reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social prevista na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas;
- f) De ciência de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação;
- g) De cumprimento à vedação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos;
- h) De cumprimento à vedação de tratamento desumano, degradante ou forçado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- i) De cumprimento à reserva de cotas de aprendizagem estabelecida na CLT, bem como às reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- j) De elaboração proposta independente.

8.7. A licitante deverá firmar declaração, em campo próprio do Sistema, de que atende aos requisitos de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006), para ter direito ao tratamento diferenciado previsto nessa Lei.

8.8. Declarações falsas prestadas no curso deste certame sujeitará a licitante às sanções previstas no **Capítulo 27 deste edital** e na legislação vigente.

8.8.1. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta;

8.8.2. **As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias**, contados da data de encaminhamento do respectivo documento, por meio do sistema eletrônico, na fase de julgamento, após a fase de lances;

8.8.3. Caso o prazo de validade da proposta seja omitido na proposta, a licitante assumirá tacitamente e o Pregoeiro entenderá que o prazo é de 90 (noventa) dias;

8.8.4. A oposição da LICITANTE em honrar a proposta ou o lance ofertado será tratada como desistência de proposta, sujeitando-a às penalidades previstas no instrumento convocatório;

8.8.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da ata de registro de preços ou do termo de contrato, ficará(ão) a(s) adjudicatária(as) liberadas dos compromissos assumidos.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FASE DE LANCES E DA COMUNICAÇÕES

9.1. O regramento acerca da abertura, da fase de lances e das formas de comunicação neste certame está disciplinado nos art. de 17 a 21, 23 e do 26 e seguintes da IN SEGES nº 73/2022.

9.2. Antes do encerramento da fase de lances, a licitante não poderá lançar qualquer elemento, símbolo ou expressão que possibilite sua identificação, sob pena de desclassificação automática, sem prejuízo de sanções legais.

9.3. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.4. Neste certame, **o modo de disputa adotado é o aberto**, assim definido no inciso I, do art. 56, da Lei n.º 14.133/2021.

9.5. O intervalo de diferença entre os lances será de **no mínimo 1,00% (um por cento)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6. Ao final da fase de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances em **ordem crescente**, pois o critério de julgamento é **menor preço**.



10. DA PREFERÊNCIA À CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EMPATE FICTO

10.1. Após a fase de lances, se a licitante mais bem classificada para cada um dos itens não for microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e houver lance de empresa desse porte com valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

- I.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, necessariamente inferior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas às exigências de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto (ou item) deste pregão;
- II.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da alínea anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no tópico **10.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico e convocará automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final de desempate;
- IV.** A licitante convocada na forma da alínea anterior que não apresentar proposta no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.2. Não ocorrendo a declaração de vencedora sob os procedimentos do tópico **10.1** a licitação prosseguirá com as demais licitantes até que o objeto licitado seja adjudicado em favor da licitante detentora da proposta mais bem classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e esta for considerada habilitada nos termos deste Edital.

11. DA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

11.1. Com fundamento no inciso III, do art. 14, da Lei 14.133/2021, encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a existência de causa de impedimento de participação em certame ou de contratação com a União aplicada ao CNPJ da sociedade empresária, da matriz, da filial, ao CPF de seu(sua) sócio(a) majoritário(a) e de seu(sua) administrador(a), nos seguintes sistemas e cadastros:

- I.** SICAF;
- II.** Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, ou



individualmente nos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Licitantes Inidôneos do TCU, no endereço eletrônico: <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneos e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

11.2. O Pregoeiro desclassificará do certame a licitante ou proponente que possuir contra si sanção vigente de impedimento ou de suspensão de licitar ou contratar em âmbito da União ou da Procuradoria Geral do Trabalho ou ainda esteja em cumprimento dos efeitos de condenação por improbidade administrativa.

12. DA CONSULTA AO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL

12.1. Encerrada a fase de lances, caso seja constatado que a licitante mais bem classificada tenha registro no CADIN, esta deverá enviar, **no mesmo prazo para envio da proposta ajustada**, declaração de compromisso de regularização de sua situação, conforme modelo contido no anexo II do edital (modelo de proposta).

12.1.1. Nos termos dos arts. 6º e 6º-A da Lei 10.522/2002, constitui fator impeditivo à contratação o registro da ADJUDICATÁRIA no CADIN;

12.1.2. Dentro do prazo mencionado no **tópico 12.1**, a ausência de manifestação ou a manifestação expressa de desinteresse em regularizar sua situação junto ao CADIN, acarretará a desclassificação da licitante e o prosseguimento do certame com a convocação, pelo Pregoeiro, da próxima licitante, seguindo a ordem de classificação da fase de lances.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Superada a fase anterior, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante mais bem classificada, visando obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, vedado negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

13.3. Ficará facultado ao Pregoeiro estabelecer um prazo máximo para que a licitante se manifeste no *chat* do sistema eletrônico Compras.gov.br, quando convocada à negociação ou ao esclarecimento de dúvidas.



13.3.1. A ausência de manifestação da licitante poderá ocasionar sua desclassificação.

14. DO ENVIO E DA ANÁLISE DA PROPOSTA AJUSTADA

14.1. Após a negociação, a licitante arrematante deverá enviar, após solicitação formal do Pregoeiro pelo sistema, sua proposta de preços formalizada e ajustada ao seu último lance válido ou ao valor negociado, preferencialmente em arquivo único no formato PDF ou ZIP, **exclusivamente** por meio da opção **Enviar Anexo** do sistema eletrônico.

14.1.1. Faculta-se à arrematante convocada, o envio de sua documentação de habilitação conjuntamente à sua proposta de preços, o que não exclui a possibilidade de disponibilização do prazo legal de envio da documentação quando da fase de habilitação.

14.1.2. O prazo para envio da proposta ajustada ao seu menor preço ou ao valor negociado será de 02 (duas) horas.

14.1.2.1. Quando não for ofertada a marca de referência, a arrematante deverá enviar o catálogo ou encarte técnico do produto juntamente com sua proposta ajustada, para que o pregoeiro possa analisar as características do produto ofertado frente às especificações estabelecidas no Termo de Referência;

14.1.2.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante no quadro de diálogos do sistema (*chat*), antes de findo o prazo;

14.1.2.3. Caso o prazo seja dilatado, será observada a isonomia a todas as licitantes;

14.1.2.4. O termo inicial da contagem do prazo para envio da proposta ajustada será o momento em que o sistema registrar a primeira ou única convocação do arquivo;

14.1.2.5. Durante o prazo máximo para anexar o arquivo, a licitante poderá complementar documentos relativos à proposta de preços, desde que não extrapole o limite de tempo pré-definido, salvo ocorra fato superveniente devidamente atestado pelo Pregoeiro.

14.2. O envio da proposta de preços por meio da opção **Enviar Anexo** do sistema Compras.gov.br **dispensa a remessa dos originais ou das cópias autenticadas.**

14.2.1. A entrega dos documentos originais em meio físico será obrigatória quando for exigida pelo Pregoeiro para sanar dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

14.3. O não envio da proposta de preços ou da documentação de habilitação nos termos deste edital, ou o envio após o prazo estabelecido, implicará a desclassificação ou inabilitação da licitante neste certame, conforme o caso.

14.4. A **proposta de preços ajustada** a ser enviada após a solicitação formal do Pregoeiro deverá



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

- a) Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, fac-símile e, se houver, indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição clara do objeto licitado, com indicação da quantidade, da marca e do modelo, quando for o caso, **de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;**
- c) Indicação única de preço para o item, com exibição do valor unitário e total em algarismos e do valor total da proposta em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo, podendo as licitantes elaborar suas **propostas com base no modelo Anexo II deste Edital.**

14.5. O preço firmado na fase de negociação deverá compreender a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutos vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas e encargos para o efetivo fornecimento do objeto ou prestação do serviço, sem ressalvas.

15. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

15.1. Recebido o arquivo contendo a proposta de preços ajustada ao último lance válido da arrematante, o Pregoeiro a examinará quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para a contratação e às especificações técnicas do objeto.

15.1.1. Deverá a licitante enviar sua proposta formalizada por escrito e ajustada ao seu último lance válido ou ao valor negociado, conforme o caso, vedada a negociação de preços superiores àquele seu lance, sob pena de desclassificação.

15.2. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública a qualquer momento, quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas ou dos documentos de habilitação demandar tempo superior ao horário de encerramento do expediente no órgão promotor da licitação.

15.2.1. Ao suspender a sessão pública, o Pregoeiro informará às licitantes, via mensagem instantânea do sistema (chat), a data e o horário previstos para a reabertura da sessão e o início da oferta de lances.

15.3. Será adotado o critério de julgamento do tipo **MENOR VALOR POR ITEM/GRUPO.**

15.4. Conforme art. 59 da Lei 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que:

- I.** Contiverem vícios insanáveis;
- II.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- III. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI. Apresentarem as especificações técnicas mínimas em desacordo com as exigidas pelo Termo de Referência;
- VII. Apresentarem valores irrisórios, ou valor zero, ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;
- VIII. Apresentarem preços unitário ou total superiores ao máximo aceitável dispostos no Anexo II do Edital. Os critérios de aceitabilidade quanto aos valores são cumulativos e serão verificados tanto o valor global quanto os valores unitários estimados para a contratação.

15.5. Considerar-se-á inexequível a proposta cujo valor irrisório não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação idônea que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os praticados pelo mercado.

15.6. Serão desclassificadas as licitantes que se recusarem a apresentar a **Declaração de Não Parentesco (Antinepotismo)**, constante no Modelo de Proposta constante no Anexo II do Edital.

15.6.1. Caso essa declaração não seja entregue pela licitante concomitantemente às demais documentações ou à proposta ajustada, o Pregoeiro fixará outro prazo para a sua apresentação;

15.6.2. Deixar de entregar a declaração de não-parentesco no prazo acima fixado pelo Pregoeiro poderá ser caracterizado como recusa a não entrega desse documento.

15.7. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

15.7.1. Nenhuma licitante será desclassificada do certame em razão de simples erro de preenchimento de sua proposta;

15.7.2. O saneamento da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global ou alterar características substanciais da proposta e do objeto licitado.

15.8. Havendo divergência entre a marca e/ou modelo inseridos inicialmente pela licitante no sistema eletrônico e o apresentado na proposta formalizada e enviada via anexo do sistema, o Pregoeiro optará pela marca e/ou modelo que julgar mais vantajoso para a Administração, permanecendo inalterado o preço alcançado após a fase de negociação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

15.9. Não será aceita qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

15.10. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MPT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar sua decisão.

15.11. O Pregoeiro declarará aceita a proposta se esta atender às especificações técnicas e às exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

15.12. Se a proposta não for aceita ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará pelo chat do sistema eletrônico a licitante subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem final de classificação dos lances, para negociação de preços e envio da proposta comercial e documentos de habilitação, até a seleção da licitante cuja proposta e documentos de habilitação atendam aos requisitos deste Edital.

15.13. Não poderá haver desistência de proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legalmente previstas.

15.13.1. Não apresentar sua proposta formalizada e ajustada ao seu menor lance válido ou ao valor negociado dentro do prazo estabelecido neste Edital acarretará automaticamente a desclassificação da licitante do certame e poderá caracterizar desistência de proposta;

15.13.2. Deixar de enviar a proposta ou a documentação indicada neste Edital caracterizará abandono do certame e sujeitará a licitante às sanções previstas neste instrumento.

16. DA AMOSTRA

16.1. Para a presente licitação será exigida a apresentação de amostras nos casos em que o modelo ofertado pela licitante seja distinto do indicado como paradigma no Termo de Referência, ou ainda quando não for possível aferir a compatibilidade do produto por meio de folder, manual, prospecto ou outras formas de comprovação, conforme disciplina o tópico 14 do Termo de Referência.

16.2. A licitante terá **7 (sete) dias corridos**, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, para entregar uma amostra de cada material do item/grupo que estiver arrematando, a(s) qual(is) será(ão) submetida(s) à análise para verificação das especificações estabelecidas no Termo de Referência.

16.3. A amostra deverá ser entregue nas dependências da Procuradoria Geral do Trabalho, na Seção de Licitações e Dispensas Eletrônicas, localizada no Edifício Centro Empresarial CNC – Torre A, 8º andar, situado à SAUN, Quadra 5, Lote C, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70.040-250, telefones (61) 3314-8523 e 8518 e 8906, e ficará sob a guarda e responsabilidade de servidor especialmente designado.

16.4. A critério do Pregoeiro, a apresentação de amostras poderá ser substituída por apresentação de folders, encartes técnicos ou qualquer outro meio idôneo que contenha todo o detalhamento técnico que possibilite aferir a compatibilidade e características do produto com as especificações exigidas no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- 16.5.** Os custos com envio e retirada de amostras correrão por conta e risco da empresa licitante.
- 16.6.** O Pregoeiro poderá solicitar manifestação à área técnica acerca das especificações do produto ofertado, a qual emitirá Parecer opinativo acerca do Aceite ou Recusa com as devidas justificativas.
- 16.7.** A amostra poderá ser manipulada para testes compatíveis com as normas aplicáveis para comprovação das especificações técnicas exigidas e será devolvida à licitante na condição em que se encontrar, sem ônus adicionais para a Administração.
- 16.8.** Para efeito de avaliação das amostras apresentadas pelas licitantes, assim como dos produtos fornecidos pela contratada, a análise compreenderá os seguintes fatores em suas avaliações: conformidade, qualidade, durabilidade e compatibilidade com o modelo indicado como referência.
- 16.9.** Os fatores acima relacionados serão analisados em conjunto, considerando-se o fim a que se destina, cujas definições constam no tópico **14.5 do Termo de Referência**.
- 16.10.** Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem, no catálogo, no encarte ou no manual informações em língua portuguesa suficientes para análise técnica do produto.
- 16.11.** Serão admitidas variações para mais ou para menos nas dimensões estabelecidas e capacidades do produto, em até **5% (cinco por cento)**, desde que não haja comprometimento da sua compatibilidade, finalidade, qualidade e eficiência do item a ser adquirido.
- 16.12.** A não conformidade de algum item em relação às especificações constantes no Termo de Referência implicará sua recusa e rejeição da proposta.
- 16.13.** A amostra poderá, a critério da Administração, ser contabilizada como uma unidade fornecida, hipótese em que será deduzida do quantitativo do futuro fornecimento.
- 16.14.** Não entregar as amostras no local e prazo estipulados caracterizará descumprimento às determinações editalícias e acarretará a recusa da proposta da licitante.
- 16.15.** Após a desclassificação da licitante devido à recusa de sua amostra, será convocada a próxima licitante mais bem classificada no respectivo item disputado, retornando o procedimento às disposições estabelecidas após a fase de lances.
- 16.16.** O procedimento acima será sucessivo até que haja uma licitante cuja amostra seja aceita ou até que o rol de licitantes seja exaurido.
- 16.17.** A licitante vencedora se compromete a entregar produto idêntico (mesma marca e modelo) à amostra aceita.
- 16.18.** O fornecedor deverá providenciar, às suas expensas, o recolhimento da amostra não aceita, em até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da notificação.
- 16.19.** A Administração, a seu critério, poderá propor a destinação da amostra não aceita e eventualmente não recolhida no prazo previsto no item antecedente.
- 16.20.** A licitante cuja proposta de preços não esteja em conformidade com os regramentos do edital,



será desclassificada do certame e não será convocada a entregar a amostra de seu produto.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. A **habilitação** das licitantes será verificada por meio de consulta online ao SICAF (habilitação parcial) e dos demais documentos especificados neste capítulo.

17.1.1. Nos termos do art. 70, inciso II da Lei 14.133/2021, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

17.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema Compras.gov.br, quando solicitado pelo Pregoeiro.

17.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante arrematante.

17.3.1. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas da licitante mais bem classificada, nos termos do inciso III, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

17.3.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

17.4. Os documentos da fase de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro, prorrogável a critério do Pregoeiro garantida a isonomia a todas as licitantes.

17.5. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.6. O Pregoeiro poderá consultar a certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emissao-de-certidao-cota-pcd> para verificar a veracidade da declaração da licitante quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, a qual poderá ainda ser comprovada por outros meios de prova.

17.7. Com fundamento no §1º, do Art. 64, da Lei 14.133/2021, durante a análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

17.8. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo isonômico.

17.9. Em relação à habilitação jurídica: será realizada verificação da capacidade de a licitante exercer direito e assumir obrigações, inclusive quanto às vedações elencadas no tópico **5.6** deste edital, por meio de consulta ao:

- a) Cartão CNPJ, Contrato Social, Estatuto Social, Certificado da Condição MEI;
- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

17.10. No quesito habilitação técnica, a licitante deverá enviar documentação que comprove às exigências do **tópico 17 do Termo de Referência** e ainda:

- I. Apresentação de certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional no fornecimento de materiais similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º, do art. 88, da Lei 14.133/2021;

17.10.1. Para fins de comprovação de que trata este tópico, os documentos apresentados em atendimento ao **tópico 17.10** deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do quantitativo total do item não agrupado ou das parcelas de maior relevância de cada grupo que a licitante estiver disputando, conforme preceitua o §1º, do art. 67, da Lei 14.133/2021.

17.10.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo acima mencionada, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

17.10.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

17.10.4. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pela própria licitante.

17.10.5. Serão aceitos atestados ou documentos emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

17.11. Habilitações fiscal, social e trabalhista, conforme art. 68, da Lei 14.133/2021, será realizada mediante a análise dos documentos abaixo:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 c/c art. 3º da Lei nº 12.440/2011;
- f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17.11.1. Com fundamento no art. 4º, do Decreto 8.538/2015, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos seguintes termos:

- I. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal, será assegurado **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, **para a regularização da documentação fiscal**, o pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- II. O prazo para regularização fiscal acima mencionado será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão;
- III. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa;
- IV. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os **incisos I e III** acima;
- V. A não regularização da documentação no prazo previsto nos **incisos I e III** acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração Pública convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

17.11.2. Os documentos de regularidade tributária e fiscal apresentados nesta licitação deverão estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e deverão estar em nome da licitante cujo número do CNPJ corresponda ao estabelecimento empresarial que executará o contrato, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

17.12. Conforme tópico **17.1.6 do Termo de Referência**, não será exigida comprovação de Habilitação econômico-financeira.

17.13. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, os quais constituirão meio legal de prova.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

17.14. Quando não se tratar de certidões vencíveis, os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data de abertura da sessão deste certame serão considerados válidos, facultado ao Pregoeiro a realização de consulta online, nos termos do **tópico 17.13**.

17.15. Certidões vencíveis cuja data de validade não esteja expressa, serão também analisadas nos termos do **tópico 17.14**.

17.16. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

17.17. A licitante que deixar de apresentar algum dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital será **INABILITADA**, não se admitindo complementação posterior.

18. DA DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

18.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante arrematante e devidamente habilitada será declarada vencedora pelo Pregoeiro.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS NA LICITAÇÃO

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso interposto se fundar contra o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante, serão observadas as seguintes disposições:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado:
 - c1) na data de intimação;
 - c2) na data de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - c3) na data da ata de julgamento, quando tiver sido adotada a antecipação da fase de habilitação prevista no §1º do art. 17 da Lei 14.133/2021;
- d) A apreciação recursal dar-se-á em fase única;
- e) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- f) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>.

20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado e homologado pela autoridade competente.

20.2. Analisado(s) o(s) recurso(s) porventura interposto(s), a autoridade competente:

20.2.1. Caso constate a regularidade dos atos praticados, adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

20.2.2. Caso constate irregularidade nos atos praticados, determinará a invalidação destes e o saneamento do procedimento licitatório.

20.3. A autoridade competente para a adjudicação e homologação de todos os processos licitatórios desta PGT é a Diretora de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho.

21. DO REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Conforme art. 3º do Decreto 11.462/2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços nesta licitação se dá em razão:

21.1.1. Das características do objeto, pois haverá necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

21.1.2. Da conveniência na aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

21.1.3. Da natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

21.2. A Procuradoria Geral do Trabalho é o órgão gerenciador responsável pela condução do certame licitatório para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

21.3. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, como anexo, o registro das licitantes que integrarão o cadastro de reserva na seguinte forma:

21.3.1. Dos licitantes que aceitaram cotar o objeto pelo mesmo preço do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.3.2. Dos licitantes que mantiveram sua proposta original.

21.4. Enquanto não estiver disponível funcionalidade específica no sistema eletrônico Compras.gov.br, os licitantes interessados deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data de encerramento da sessão (declarada e informada pelo Pregoeiro durante a própria sessão), encaminhar manifestação para o endereço eletrônico: pgt.pregao@mpt.mp.br, informando, de forma clara, no corpo do e-mail, a seguinte declaração:

“Tenho interesse em participar do cadastro de reserva e aceito cotar o objeto da minha proposta pelo preço igual ao do adjudicatário.”

21.5. Os licitantes que não manifestarem interesse em igualar seu preço ao do vencedor, mantendo, portanto, o valor final ofertado na fase de disputa, integrarão automaticamente a listagem de cadastro de reserva correspondente ao **tópico 21.3.2**, com seus respectivos valores finais.

21.5.1. Nas contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços, será respeitada a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.5.2. A manifestação de cotar o preço igual ao do adjudicatário na participação do cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificado.

21.5.3. Para fins de definição da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto pelo preço igual ao do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.5.4. Os licitantes que não desejarem compor a lista de cadastro de reserva em hipótese alguma, deverão manifestar-se por e-mail nesse sentido, no prazo e condições estabelecidas no **tópico 21.4**.

21.6. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será realizada somente quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.6.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 25 e art. 26 da Portaria PGR/MPU nº 158, de 27 de setembro de 2024.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF

CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

21.7. Caso nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto pelo preço igual ao do adjudicatário concorde com a contratação, nos mesmos prazos e condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, nos termos do edital, poderá:

21.7.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, ainda que superior ao do adjudicatário; ou

21.7.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Após a homologação do procedimento licitatório, a licitante mais bem classificada em cada item e grupo será convocada para assinar a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste edital de licitação, sob pena de decadência de seu direito e sujeição às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

22.2. Na hipótese de a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observando-se o disposto previsto no inciso II, Parágrafo Único, do art. 20 do Decreto nº 11.462/2023.

22.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

22.3.1. A Procuradoria Geral do Trabalho, sua sede situa-se no Setor de Autarquias Norte – SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70.040-250.

22.3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

22.3.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

22.4. A ata de registro de preços deverá ser assinada pelo representante legal da ADJUDICATÁRIA, que deverá apresentar documento de procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove os necessários poderes para contratar com a Administração Pública.

22.4.1. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

23. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

23.1. O Contrato decorrente desta licitação será substituído pela Nota de Empenho, tendo a Adjudicatária o prazo de 5 (cinco) dias úteis para aceitação e retirada do instrumento equivalente a partir da convocação pela Administração, sob pena de decadência do seu direito, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, conforme art. 90 da Lei 14.133/2021.

23.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação motivada da adjudicatária antes do seu esgotamento, desde que o motivo seja aceito pela PGT;

23.1.2. A adjudicatária deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal de Peticionamento Eletrônico, pelo link: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>;

23.1.3. Quando a adjudicatária **não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente** no prazo de 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas no edital, poderá a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, na forma disposta no art. 90 da Lei 14.133/2021.

23.2. Constitui **condição impeditiva para celebração de contratos** e respectivos aditamentos com a Administração Pública:

- I. Não manutenção das condições de habilitação;
- II. A existência de registro da licitante junto ao CADIN, com fundamento nos arts. 6º e 6º-A da Lei 10.522/2022.

23.3. O instrumento contratual (Nota de Empenho) será enviado à ADJUDICATÁRIA por meio de expedição eletrônica pelo Sistema Digital Administrativo da PGT para assinatura no **prazo previsto no tópico 23.1.**

23.3.1. Dentro do referido prazo, a adjudicatária deverá regularizar as condições impeditivas dispostas no **tópico 23.2** para fins de formalização da contratação;

23.3.2. Decairá do direito à contratação a licitante que não regularizar suas condições impeditivas previstas, o que autorizará a Administração a convocar a próxima licitante, seguindo a ordem de classificação da fase de lances, para formalização da contratação, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste edital e anexos;

23.3.3. A não regularização das condições impeditivas que obstem a contratação ensejará a instauração de Procedimento Administrativo para Apuração de Responsabilidades (PAAR);

23.4. Para fins de execução do objeto a ADJUDICATÁRIA deverá observar as obrigações e responsabilidades das partes contratantes, em conformidade com sua proposta comercial e com este instrumento e seus anexos.

23.5. A Nota de Empenho deverá ser retirada ou confirmado seu recebimento **pelo representante legal da CONTRATADA**, que deverá apresentar procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove os necessários poderes para contratar com a Administração Pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

23.5.1. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

23.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos.

23.6.1. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 e da Lei 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

24. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

24.1. A comunicação dos atos relacionados à gestão e execução contratual se dará por meio eletrônico/telemático, de acordo com o disposto na Portaria PGR/MPU nº 99/2024.

24.2. A CONTRATADA deverá indicar expressamente endereços de e-mail, telefones e, caso houver, contatos disponíveis para comunicação via aplicativo de mensagem (como Whatsapp, Zoom, Telegram ou assemelhados).

24.3. A CONTRATADA deverá manter os endereços de domicílio, de e-mail, telefones e contatos atualizados durante toda a vigência contratual e comunicar imediatamente qualquer alteração desses dados à fiscalização e ao Departamento de Licitações e Contratos, sob pena de apuração de responsabilidade por descumprimento da obrigação.

24.4. Para fins de comunicação, a CONTRATADA deverá enviar correspondência eletrônica para:

- a) Os endereços eletrônicos dos fiscais e gestores do contrato, para as questões relacionadas à execução contratual;
- b) O endereço eletrônico pgt.dlc@mpt.mp.br, para questões relativas à gestão contratual, relacionadas as tratativas de contratos.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O regramento acerca do pagamento das despesas relacionadas ao objeto desta licitação está disciplinado na Ata de Registro de Preços (Anexo III deste Edital).

26. DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE RESERVAS DE CARGOS

26.1. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

27. DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

27.1. Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e da IN DG/PGT nº 02/2024, a licitante e a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

27.2. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação qualquer sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como efetuar o correspondente registro da penalidade no SICAF.

27.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, observando a gravidade da falta cometida por parte da CONTRATADA, a não regularização imediata a partir da notificação apresentada pela fiscalização, a ocorrência de prejuízo de qualquer natureza ou a prática de forma reiterada, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- I.** Advertência;
- II.** Multa, na forma prevista neste instrumento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- a) Multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no inciso VII do **tópico 27.1**, limitado a 15 (quinze) dias corridos;
- b) Multa moratória de 1,0% (um por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no inciso VII do **tópico 27.1**, a partir do 16º (décimo sexto) dia corrido, limitado até o 30º (trigésimo) dias, podendo ensejar a rescisão contratual unilateral.
- c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total anual do contrato ou documento equivalente, pelas infrações previstas nos incisos I e VII do **tópico 27.1**.
- d) Multa compensatória de 11% (onze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total a anual do contrato ou documento equivalente no caso de incorrer nas infrações dispostas aos incisos IV, V, VI e VIII do **tópico 27.1**;
- e) Multa compensatória de 21% (vinte e um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato para os comportamentos previstos nos incisos II, III, IX, X, XI e XII do **tópico 27.1**.

III. Impedimento de licitar e contratar aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos de II a VII do **tópico 27.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade pelas infrações administrativas previstas nos incisos de VIII a XII do **tópico 27.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e VII daquele tópico que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI.** O caráter educativo da sanção;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

VII. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

27.5. A aplicação das sanções previstas nesta contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.6. Na aplicação das sanções previstas nesta contratação, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

27.7. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **tópico 27.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

27.8. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste Edital.

27.9. A sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e quando aplicada pelo Ministério Público no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva do Procurador-Geral do Trabalho, na forma de regulamento.

27.10. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

27.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

27.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

27.13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

27.14. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I.** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II.** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013;
- III.** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

27.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

27.16. É admitida a reabilitação da licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II.** Pagamento da multa;
- III.** Transcurso do prazo mínimo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos acima.

27.17. A sanção decorrente das infrações previstas nos incisos VIII e XII do **tópico 27.1** exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

27.18. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou do crédito existente na PGT em relação à CONTRATADA, ou da garantia financeira prestada, ou ser recolhido em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias corridos de sua intimação por ofício, ou ainda cobrado na forma da lei.

27.19. Após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo anterior, incidirá atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União.

27.20. Se não for possível a quitação da multa ou do dano à Administração nas formas estabelecidas neste instrumento, será providenciada a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar-se-á cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

27.21. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

27.22. Ao longo do período de vigência contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, bem como as reincidências, de mesma classificação ou não, poderão ensejar a aplicação de penalidade de maior gravidade.

27.23. Havendo conflito entre o enquadramento da conduta e a sanção a ser aplicada, será adotada a solução que decorra o menor ônus para a CONTRATADA, exceto nas hipóteses que ensejaram a rescisão contratual.

27.24. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à licitante/contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

9.784/1999, assim como o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

27.25. Não haverá aplicação de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

27.26. Da decisão que aplicar qualquer sanção, cabe a interposição de recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processados na forma prevista nos art. 166 a 168 da Lei 14.133/2021.

27.27. Os atos previstos como infrações administrativas na legislação que rege licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

28. DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS

28.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo Ministério Público do Trabalho ou contidos em quaisquer documentos e mídias de que venha a ter acesso durante a etapa de repasse, de execução dos serviços e de encerramento contratual, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para fins alheios à exclusiva necessidade dos serviços contratados.

28.2. Ao participar desta licitação, a CONTRATADA assume o compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por técnicos do Ministério Público do Trabalho e quaisquer outras informações pertencentes à CONTRATANTE.

28.3. A CONTRATADA, na execução do contrato, deverá observar a Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados, os normativos vigentes e as boas práticas relativas à segurança da informação e privacidade de dados, especialmente as indicadas nos normativos internos da Administração Pública Federal, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, em todas as atividades executadas.

28.4. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.5. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.6. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

28.7. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

28.8. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

28.10. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangida pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

28.11. É dever da CONTRATADA o cumprimento de ações necessárias à proteção de dados pessoais por concepção e por padrão, incluindo-se quando o caso, a capacitação regular de seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. O edital estará à disposição dos interessados na internet para *download*, nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia>.

29.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados diretamente no Sistema de Procedimentos de Gestão Eletrônica Administrativa (PGEA), bem como por cópia a ser enviada por e-mail.

29.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília–DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

29.4. Nenhuma indenização ou contraprestação será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

29.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.040-250 – Telefone: (61) 3314-8866 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

29.6. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

29.7. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar suas decisões em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

29.8. Nos termos do art. 4º da Resolução nº 177, de 5 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da citada norma.

29.9. Toda comunicação oficial durante a realização deste certame ocorrerá por correspondência eletrônica (e-mail) institucional, pelo sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia/>, ou por publicação oficial, nos termos da legislação.

29.10. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

30. DO FORO

30.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exceto nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2026

WAIKYNÃ CARDOSO DE ARAÚJO
Pregoeiro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de Preços objetivando a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais relacionados à manutenção predial, abrangendo gás engarrafado, material para manutenção de bens imóveis, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material de limpeza e produtos de higienização (álcool em gel), bem como ferramentas, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência, para atendimento das necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho – PGT;

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

2.1. De acordo com o inciso I e o § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve ser composta por documentos que evidenciem o problema a ser resolvido e a sua melhor solução. Neste cenário, foram desenvolvidos os levantamentos prévios, analisadas as necessidades e consolidados os itens necessários ao atendimento das demandas da administração, conforme detalhamento contido no ETP, (Doc n.º 051261.2025), neste Termo de Referência e no relatório apresentado, em documento específico, pela Comissão designada pela Portaria nº 1.238/2025- DA/DG/PGT.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. A aquisição dos materiais, na forma proposta, representa a solução que melhor atende às necessidades da CONTRATANTE, em conformidade com as regras usuais de mercado e em alinhamento com o fluxo e com a estruturação das atividades e serviços internos;

3.2. Ressalta-se a possibilidade de formalização de contrato de prestação de serviços de outsourcing de almoxarifado virtual, a partir da manifestação de interesse em participar do certame conduzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI ou a partir dos estudos técnicos em andamento nos autos do PGEA nº 20.02.0001.0009734/2022-55, que poderá impactar a execução das aquisições decorrentes das Atas de Registro de Preços resultantes da presente contratação, a depender da abrangência da solução eventualmente implementada.

4. DOS QUANTITATIVOS

4.1. Os quantitativos estimativos especificados foram consolidados de acordo com as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho - PGT, mediante análise dos estoques, do consumo médio e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

conforme orientações expressas pelos segmentos especializados, fundamentada nos registros e relatórios juntados aos autos;

4.2. O efetivo ressuprimento dos estoques é implementado a partir da análise periódica dos estoques e do efetivo consumo, objetivando atender as necessidades especificamente identificadas;

4.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme art. 83 da Lei nº 14.133/2021. Assim, as aquisições decorrentes do registro de preços resultam em mera expectativa de contratação, condicionada à disponibilidade orçamentária e às necessidades da Administração.

5. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A projeção preliminar do valor da despesa pretendida, conforme valores consolidados nas Demandas constantes do Plano de Contratações Anual do Ministério Público do Trabalho – PCA/MPT nº 34705.2026, 34707.2026, 34708.2026, 34709.2026, 34710.2026 e 34714.2026 é de R\$ 190.610,74 (cento e noventa mil, seiscentos e dez reais e setenta e quatro centavos), as quais contemplam, ainda, a perspectiva de aquisições a serem realizadas nas Atas de Registro de Preços já vigentes;

5.2. Considerado as variações de consumo verificadas no período, peculiares a itens desta natureza (material de consumo), foram promovidos os ajustes de itens e quantitativos anteriormente prospectados nas referidas Demandas PCA/MPT;

Conta	Demanda nº	Valor do DFD
04	34714.2026	R\$ 26.218,50
22	34710.2026	R\$ 6.870,00
24	34709.2026	R\$ 34.634,48
25	34708.2026	R\$ 23.500,80
26	34707.2026	R\$ 28.427,88
42	34705.2026	R\$ 2.019,00
Total		R\$ 121.670,66

5.3. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constarão de documento separado e classificado, que integrará este Termo de Referência.

6. DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

6.1. Trata-se de aquisição de materiais cujos processos fabril, de composição, de comercialização, de validade, de durabilidade e de destinação podem se submeter a normatização e regras de mercado específicas, suscetíveis de monitoramento e fiscalização por parte dos organismos especializados;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

6.2. Uma vez adquiridos, os materiais são submetidos às regras de recebimento, incorporação, armazenagem, controle, distribuição, utilização e descarte aplicáveis na gestão de materiais de consumo no âmbito da administração pública e, em especial, aos termos da Portaria PGT nº 1542.2022;

6.3. Tendo em vista a natureza dos itens, não há exigência de controle de aplicação e destinação após a sua distribuição ao usuário final. Neste cenário, quando o material atende ao fim a que se destina e é considerado inservível, de acordo com as diretrizes do segmento especializado, e poderá ser diretamente descartado conforme os processos usuais de destinação de resíduos. Alternativamente, na hipótese de consolidação dos itens inservíveis em processo específico, sua destinação poderá ser conduzida conforme regulamentação constante do Decreto nº 9373/2018 e do Plano de Logística Sustentável do Ministério Público do Trabalho – PLS/MPT. Observar-se-á, em todos os casos, as disposições da Lei nº 12305/2010;

6.4. A durabilidade dos materiais pode ser condicionada à sua forma de manejo e às condições ambientais de armazenamento e aplicação, além de estar delimitada pelo período de validade/garantia dos itens e ao seu desgaste natural. Não se aplica, contudo, as disposições relativas a controle de depreciação sobre os itens relacionados (materiais de consumo).

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas para custeio do objeto previsto no presente Termo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho - MPT para o exercício 2026, em conformidade com o PCA/MPT.

8. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação se fundamenta na Lei nº 14.133/2021, no art. 3º, inciso I, do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023 e nas demais normas e regulamentos correlatos, bem como no Estudo Técnico Preliminar;

8.2. Os materiais podem ser enquadrados na categoria de bens comuns, assim configurados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão contida no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21, com nicho de mercado próprio, não sendo caracterizado como bem de luxo na forma do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;

8.3. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Trabalho de 2023-2030, especificamente ao Objetivo Estratégico nº 15 (OE15): Otimizar o orçamento necessário para o alcance dos objetivos do MPT;

8.4. A despesa está prevista no PCA/MPT, em alinhamento com a previsão contida nos artigos 12, inciso VII e 18, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

9. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A aquisição tem o objetivo de suprir as demandas da Procuradoria Geral do Trabalho com materiais para manutenção predial, conforme as necessidades evidenciadas nos levantamentos preliminares consolidados pela Comissão de Planejamento, em interação com a Seção de Suprimentos/DL e com a Seção de Manutenção e Gestão Predial/DAE.

9.2. A formalização de Ata de Registro de Preços - ARP para aquisição parcelada dos materiais acima mencionados objetiva o ressuprimento do estoque do Almoxarifado de materiais suficientes à manutenção das atividades desenvolvidas durante os exercícios 2026/2027;

9.3. A necessidade de fornecimentos parcelados está relacionada à otimização do espaço físico disponível para o depósito e à maior economicidade, minimizando os riscos de ocorrência de material obsoleto ou em desuso no estoque;

9.4. Observa-se que os materiais relacionados são rotineiramente e frequentemente utilizados no âmbito da Procuradoria Geral do Trabalho, durante todo o exercício, seja na hipótese de reestruturação das unidades ou na disponibilização de estrutura para acolhimento de novos servidores, sendo os quantitativos necessários objetivamente definidos de acordo com as demandas apresentadas durante o período, ensejando a necessidade de contratações frequentes, a conveniência de aquisição com previsão de entregas parceladas e a impossibilidade de se definir previamente o quantitativo a ser demandado;

9.5. Dessa forma, entende-se que estão presentes os requisitos que fundamentam o processamento da licitação mediante o sistema de registro de preços, em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Os requisitos da contratação/aquisição encontram-se pormenorizados, de forma esparsa, nos subitens específicos deste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

11.1. A Ata de Registro de Preços, terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei, de acordo com as cláusulas avençadas, onde cada parte responderá pelas obrigações assumidas;

11.2. Para cada fornecimento poderá ser firmado Contrato Administrativo a ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021;

11.3. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho, conforme estabelece o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, o art. 92 da mesma lei e as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência;

11.4. O reajuste dos preços registrados, quando requerido pela CONTRATADA, deverá ser instruído estritamente nos termos do art. 25, §7º e §8º, I, e do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

11.4.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser objeto de revisão para adequação aos praticados no mercado, mediante negociação entre as partes, para mais ou para menos, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, sendo vedado o reajuste por índices, observados os termos da lei.

11.4.2. O reajuste de preços terá por base a variação do IPCA-IBGE ou, no caso de sua descontinuidade, outro índice que venha a ser adotado pelo Poder Público para essa finalidade, cabendo, em todo caso, a análise por parte da CONTRATANTE quanto à viabilidade de implementação.

11.4.3. Caso o preço de mercado se torne inferior ao preço registrado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do valor, sob pena de liberação do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4.4. O pedido de reequilíbrio por parte da CONTRATADA, para majoração do preço, deverá ser justificado e acompanhado de documentação que comprove a elevação dos custos de mercado, decorrente de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis.

11.5. O contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação do objeto sem prévia autorização da CONTRATANTE.

13. DOS REQUISITOS E POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

13.1. A CONTRATADA deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável do Ministério Público do Trabalho, em consonância com os arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, c/c Decreto nº 10.936/2022 (Regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos), observando especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios;

Lei 14.133/2021.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: [...]

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

13.2. No aspecto orçamentário, destaca-se a sustentabilidade da aquisição a partir da alocação de recursos no Plano Anual de Contratações da instituição, em compatibilidade com o objeto dimensionado, objetivando fazer face à despesa e viabilizar o atendimento das necessidades indicadas pela administração;

13.3. Os produtos a serem fornecidos deverão ser entregues devidamente embalados e identificados, mediante utilização de materiais recicláveis ou oriundos de processo de reciclagem;

13.4. A CONTRATADA é responsável por todo o processo de preparo, embalagem, transporte e segurança do material no trajeto para o local de entrega.

14. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

14.1. Havendo aceite da proposta quanto ao valor e especificações estabelecidas no edital, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, no prazo máximo de **7 (sete) dias corridos**, a contar da formalização da solicitação, cuja análise terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem publicada no sistema eletrônico de condução do certame, facultada a presença dos demais interessados e proponentes;

14.2. Caso seja ofertado o produto indicado como referência, ou ainda, se possível aferir a compatibilidade do produto, quando da análise da proposta de preço, por meio de folder, manual, prospecto, catálogo técnico do fabricante ou outras formas de comprovação, desde que sejam idôneas, será dispensada a apresentação da amostra;

14.3. A amostra poderá ser manipulada para testes, sendo devolvida ao fornecedor na condição em que se encontre, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

14.4. Para efeito de avaliação das amostras apresentadas, assim como dos produtos adquiridos, os técnicos designados para esse fim considerarão, com base na análise das descrições expressas na embalagem e encartes, dentre outros, a conformidade com as especificações e características técnicas, a qualidade, a durabilidade e a compatibilidade com os produtos indicados como referência;

14.5. Os fatores acima relacionados serão analisados em conjunto, com base nas descrições constantes das embalagens, prospectos, folders e laudos, levando-se sempre em consideração o fim a que se destina o objeto e, principalmente, o seguinte:

14.5.1. Conformidade com as especificações e características técnicas – adequação ao detalhamento técnico estabelecido;

14.5.2. Qualidade - todo o processo produtivo pelo qual passa o objeto, tais como, matéria prima utilizada, componentes, embalagem, dentre outros;

14.5.3. Quanto à durabilidade – preservação das características originais do produto de acordo com as características químicas e sensoriais, seja em relação à matéria prima utilizada ou em relação ao processo produtivo empregado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

14.5.4. Quanto à compatibilidade - os itens a serem fornecidos devem apresentar todas as características técnicas descritas, em alinhamento com os produtos indicados como referência e com as necessidades da administração;

14.6. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

14.7. Poderão, a critério da CONTRATANTE, serem admitidas variações para mais ou para menos nas dimensões estabelecidas e capacidades, em até 5% (cinco por cento), desde que não haja comprometimento da compatibilidade, finalidade, qualidade e eficiência do item a ser adquirido;

14.8. A não conformidade do item em relação às especificações constantes do deste Termo de Referência implicará em sua recusa, resultando na não aceitação da proposta;

14.9. A amostra poderá, a critério da CONTRATANTE, ser contabilizada como uma unidade fornecida, hipótese em que será deduzida do futuro fornecimento;

14.10. O fornecedor deverá providenciar, às suas expensas, o recolhimento da amostra não aceita, em até **30 (trinta) dias corridos** a contar da notificação;

14.11. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá propor a destinação da amostra não aceita e eventualmente não recolhida no prazo previsto no item antecedente.

15. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. O fornecedor será selecionado na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, com a adoção do critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM ou LOTE, de acordo com a consolidação constante do Anexo I, atendidas os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e/ou no Edital;

15.2. A segmentação dos itens por lote ou por itens observa as peculiaridades correlacionados às especificações, tipo/gênero, economia de escala, eficiência administrativa e nicho de mercado, nos termos expressos nos Estudos Técnicos Preliminares.

16. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO

16.1. O critério de julgamento será o menor preço POR GRUPO ou POR ITEM, conforme consolidação constante do **Anexo I** deste Termo de Referência e do Edital de Licitação;

16.2. O agrupamento dos materiais, quando aplicável, é indispensável em razão da natureza dos itens que compõem a contratação, correlacionados por tipo/gênero, bem como da economia de escala e da eficiência administrativa obtidas com o maior volume da contratação e da atratividade do certame para potenciais licitantes;

16.2.1. Eficiência Administrativa: considerando não ser conveniente e oportuno o fornecimento fragmentado por diversas empresas, ao lidar com um único ou poucos fornecedores reduz-se o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, resultando na otimização do gerenciamento do contrato/ata de registro de preço, em conformidade com os ditames do Acórdão 861/2013-TCU Plenário;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

16.2.2. Economia em Escala: “Deve o gestor atentar-se para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da Administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeito contrário, ou seja, aumento de preços” (Licitações & Contratos Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, p. 226, Brasília, 2010). Considerando-se que os itens agrupados possuem a mesma natureza funcional e o mesmo nicho de mercado fornecedor, o agrupamento resultará na formalização de aquisições de vulto mais significativo e, por consequência, possibilitará a oferta de preços mais vantajosos para a Administração;

16.2.3. Maior Atratividade do Certame: a possibilidade de majoração dos lucros resultante do agrupamento, aliada ao fato de que os potenciais fornecedores dos itens agrupados são os mesmos, objetiva despertar maior interesse aos participantes da licitação no sentido de incentivar a maior competitividade, em consonância com o entendimento exposto no Acórdão n.º 1620/2010-TCU Plenário;

16.3. A aquisição dos itens que não possuem similaridade de gênero/tipo ou são fornecidos por nichos distintos de mercado será processada mediante adoção do critério de julgamento de menor preço por item.

17. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante possuir as regularidades jurídica, fiscal e trabalhista, assim como a habilitação técnica, na forma prevista no art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica;

17.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 40 % (quarenta por cento) do quantitativo de cada item relacionado como de maior relevância, ou material equivalente, dentro de cada lote ou item, conforme Anexo II;

17.1.3. Considera-se, para efeito de aferição da equivalência citada no item antecedente, a descrição genérica dos itens, não adentrando ao detalhamento técnico das especificações;

17.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

17.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

17.1.6. Não será exigida a qualificação econômico-financeira, considerando que a entrega dos itens será de modo imediato, portanto em até 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento ou a emissão da nota de empenho, sob o Sistema de Registro de Preços, com fundamento no inciso III, do art. 70 da Lei nº 14.133/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

17.1.7. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando-as quando solicitado pela Administração em sede de diligência.

18. DA PROPOSTA DE PREÇOS

18.1. A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias corridos e apresentar preços, unitário e total, expressos em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre o preço dos produtos/serviços;

18.2. Ao final da fase de lance do certame licitatório, será considerada arrematante a LICITANTE que ofertar o MENOR PREÇO, contemplando o fornecimento do material em conformidade com as especificações estabelecidas, prosseguindo-se à fase de aceitabilidade da proposta;

18.3. O preço apresentado deverá ser único para cada item, esteja ele em grupo ou não.

18.4. O preço estabelecido na proposta final será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses previstas em lei;

18.5. Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com este Termo de Referência, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios, e ainda, vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes;

18.6. Não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas no edital de licitação, que apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados no edital.

19. DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP

19.1. Poderão ser destinados itens ou grupos para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte se os seus respectivos valores estimados ficarem no patamar previsto para tal benefício estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06 e o art. 6 do Decreto 8.538/2015.

19.2. Diante da especificidade dos itens relacionados, caso seja ultrapassado, por item ou por grupo, o limite que autoriza a participação exclusiva de microempresa e empresas de pequeno porte, não serão estabelecidas cotas específicas para esta finalidade, evitando o comprometimento da padronização e da gestão do fornecimento.

20. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. A entrega do material solicitado por meio de ordem de fornecimento ou Nota de Empenho será efetuada no Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Geral, situado no SAUN (Setor de Autarquias Norte) - Quadra 05 – Lote C – Torre A, CEP 70040-250, 2º subsolo, Seção de Suprimentos/Almoxarifado, Brasília – DF, no período das 10:00 às 18:00 horas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

- 20.1.** O fornecimento deverá ser realizado no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho;
- 20.2.** A entrega do material especificado na NOTA DE EMPENHO deverá ser efetuada em sua totalidade;
- 20.3.** O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante apreciação e anuência expressa da CONTRATANTE, condicionada à requisição prévia apresentada pela CONTRATADA;
- 20.4.** O fornecimento dos materiais deverá obedecer a todas as especificações e marcas identificadas na proposta, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da fiscalização do CONTRATANTE, de acordo com as condições e prazos previstos neste Termo de Referência;
- 20.5.** A CONTRATADA é responsável pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE;
- 20.6.** A obrigação somente será considerada adimplida quando emitido o Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/produtos, atestando o regular fornecimento.

21. DA GARANTIA E VALIDADE DOS MATERIAIS FORNECIDOS

21.1. A empresa CONTRATADA deverá prestar **garantia e fornecer os materiais com validade mínima de 12 (doze) meses**, relativamente a defeitos de fabricação, imperfeições e qualidade;

21.1.1. Durante o período de garantia dos materiais, a empresa CONTRATADA deverá trocar aqueles defeituosos e/ou não aprovados pela Administração, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da notificação**, se após o fornecimento for verificada pela CONTRATANTE qualquer inadequação ou irregularidade;

21.2. Caso o prazo da validade/garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do material ofertado.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

22.1. As obrigações decorrentes da contratação por Nota de Empenho contrato deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de Referência, no instrumento convocatório e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução naquilo que lhe couber;

22.2. São obrigações da CONTRATADA:

- I.** Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação ou Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes à formação do preço;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

- II.** Formalizar o recebimento da nota de empenho ou a assinatura do contrato em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação expedida pela CONTRATANTE.
- III.** Executar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, cumprindo a legislação pertinente, as recomendações de boas práticas e as normas técnicas;
- IV.** Executar o objeto diretamente, responsabilizando-se integral e exclusivamente pela qualidade, apresentação e perfeição do objeto;
- V.** Observar e cumprir rigorosamente a legislação que regulamenta a atividade e comercialização dos produtos relacionados;
- VI.** Executar com perfeição, eficiência e qualidade técnica o objeto, observando os prazos e especificações estipulados neste Termo de Referência;
- VII.** Comunicar à CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução do objeto dentro do prazo previsto, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela inobservância dos prazos, salvo justo motivo comprovado, caso fortuito ou força maior;
- VIII.** Manter a CONTRATANTE informada sobre eventuais mudanças de endereço, telefone e *e-mail*;
- IX.** Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros por atos de dolo ou culpa provenientes da execução do objeto em desconformidade com as previsões contratuais e/ou com as disposições legais;
- X.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XI.** Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos;
- XII.** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
- XIII.** Acatar as orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte do fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE;
- XIV.** Comunicar imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

22.3. É vedado à CONTRATADA:

- I.** Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Trabalho, sob pena de rescisão contratual;

II. Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;

III. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

IV. Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

22.4. São obrigações da CONTRATANTE:

I. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido, desde que atendidas as condições de execução pactuadas e de que inexistam obrigações pendentes;

II. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

III. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

IV. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso do representante ou preposto da CONTRATADA ao local de reuniões, desde que devidamente identificado e acompanhado por representante da CONTRATANTE;

V. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

VI. Emitir o aceite do objeto contratado após a verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

VII. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

VIII. Anotar, em registro próprio, todas as intercorrências relacionadas à execução do objeto;

IX. Não permitir a execução do objeto em desacordo com as obrigações assumidas;

X. Fazer cumprir as disposições do Termo de Referência;

XI. Manter atualizados os dados dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato;

XII. Garantir uma comunicação eficiente com a CONTRATADA.

22.5. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços e do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. A contratada deverá comunicar à Seção de Suprimentos da Procuradoria Geral do Trabalho, por meio dos telefones (61) 3314-8829 ou (61) 3314-8542, ou ainda, por intermédio do e-mail pgt.almoxarifado@mpt.mp.br, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, **impreterivelmente**, a data e o horário previsto para a entrega dos materiais;

23.2. o ato de entrega será expedido termo de recebimento ou recibo atestando a data de fornecimento e os quantitativos efetivamente fornecidos;

23.3. Conforme art. 140 da Lei 14.133/2021, os bens e insumos serão recebidos da seguinte forma:

23.3.1. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

23.3.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório;

23.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da CONTRATADA, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

23.5. Caso o objeto apresente defeito ou não seja compatível com as especificações solicitadas, o fornecedor deverá proceder à sua substituição/reparação no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**;

23.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações técnicas;

23.7. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA;

23.8. Nos casos em que forem constatadas inconformidades técnicas e/ou em relação à capacidade/qualidade fabril do fornecedor, a CONTRATANTE resguarda-se o direito de rejeição integral do objeto licitado;

23.9. O fornecedor deverá providenciar, às suas expensas, o recolhimento do material entregue em desconformidade em até 30 (trinta) dias corridos a contar da notificação;

23.10. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá propor a destinação do produto não aceito e eventualmente não recolhido no prazo previsto no item antecedente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, por meio de depósito bancário na conta corrente indicada, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente discriminada, emitida em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03, desde que não haja fator impeditivo por parte da CONTRATADA;

24.2. Fica a CONTRATADA, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF nº 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, sendo que a não apresentação do documento em questão ocasionará a retenção do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430/96;

24.3. Alternativamente, a critério da CONTRATANTE, a comprovação da regularidade de inscrição no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao portal na internet, na forma do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015;

24.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura exclusivamente através de peticionamento no Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não serão aceitas Notas Fiscais/Faturas protocoladas por outros canais;

24.5. O pagamento fica condicionado à satisfação de todas as condições estabelecidas no contrato, cabendo ser aferida a regularidade dos encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais, mediante verificação no SICAF, na forma da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018 ou, alternativamente, a apresentação de certidões individualizadas, sem prejuízo da apuração de responsabilidade pela ausência de manutenção das condições de habilitação;

24.6. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura o Certificado de Regularidade do FGTS, a certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais e a Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da legislação de regência;

24.7. A liberação da Nota Fiscal/Fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto do fiscal do contrato, conforme disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/21;

24.8. Será considerada como data do efetivo pagamento o dia de emissão da ordem bancária para pagamento;

24.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

24.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira = $I = (6 \div 100) \div 365 \rightarrow I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

25. REQUISITOS PARA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

25.1. As partes deverão atender à Lei nº 13.709/18 (LGPD) e observar o disposto abaixo:

I. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

II. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

III. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados;

IV. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação;

V. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE;

VI. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados;

VII. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

26. DAS SANÇÕES

26.1. As sanções aplicáveis na hipótese de inadimplemento serão disciplinadas no Edital de Licitação, em consonância com as previsões contidas na Lei nº 14.133/2021.

27. DA FISCALIZAÇÃO

27.1. Serão designados servidores para o acompanhamento e fiscalização da aquisição a título de Representante da Procuradoria Geral do Trabalho, podendo haver a indicação de fiscais substitutos, os quais deverão zelar pelo cumprimento das especificações exigidas, direitos e obrigações, comunicar e procurar sanar as deficiências porventura verificadas na execução contratual e atestar os documentos de fornecimento, quando comprovada a fiel e correta execução par fins de pagamento;

27.2. Compete aos fiscais, além de outras atribuições inerentes à natureza do fornecimento:

- a) fiscalizar a execução do objeto, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições assumidas pelos CONTRATANTES;
- b) comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- c) determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- d) sugerir que seja sustado o pagamento das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA das obrigações avençadas;
- e) atestar as notas fiscais/faturas quando comprovada a correta execução do contrato para fins de pagamento;

27.3. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação de conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas;

27.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos serviços/fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

Comissão de Planejamento – PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

27.5. A participação no certame licitatório implica na aceitação, por parte da CONTRATADA, de todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

Submetemos o presente Termo de Referência ao Departamento de Logística para considerações, sugerindo o encaminhamento posterior à Diretoria de Administração para conhecimento e demais procedimentos de aprovação.

Brasília, 28 de outubro de 2025.

Assinado eletronicamente

VALQUÍRIA FARIA GONÇALVES

Integrante Requisitante

Assinado eletronicamente

RENNAN HIAGO SANTANA DA ROCHA

Integrante Requisitante

Assinado eletronicamente

RENATO DANIEL CRISOSTOMO LIESS

Integrante Técnico

Assinado eletronicamente

ELSON FERNANDO COSTA CUMARU

Integrante Técnico

Assinado eletronicamente

JOSÉ VITOR DE AGUIAR VIEIRA

Integrante Administrativo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO


Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CONTA 33.90.30-04 – GÁS ENGARRAFADO

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
1	<p>GÁS REFRIGERANTE, PARA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO R410A - BOTIJA COM 11,3 KG.</p> <p><u>MARCA OBRIGATÓRIA: CHEMOURS.</u></p> <p><u>OBSERVAÇÃO:</u> CONFORME MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CONDOMÍNIO CNC (Gestor da edificação onde se instala a sede da PGT), POR ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS, DEVE-SE UTILIZAR EXCLUSIVAMENTE O GÁS REFRIGERANTE R410A DA MARCA CHEMOURS, NO SENTDO DE PRESERVAR A COMPATIBILIDADE E O MELHOR FUNCIONAMENTO DAS MÁQUINAS, CONFORME PADRÕES ADOTADOS NA EDIFICAÇÃO, RAZÃO PELA QUAL É OBRIGATÓRIA A OBSERVÂNCIA DA MARCA INDICADA.</p>	BOTIJA		377652	15	2

33.90.30- 22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

Item	Descrição	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
2	<p>ÁLCOOL EM GEL 70%, REFIL COM 800ML, PARA ANTI-SEPSIA COMPLEMENTAR DAS MÃOS.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: PREMISSE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.</p> <p>REGISTRO NO MS E EM CONFORMIDADE COM AS RESOLUÇÕES ANVISA</p>	UNID		269943	300	60

GRUPO I

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Itm	DESCRIÇÃO	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
3	<p>GESSO EM PÓ EMBALAGEM COM 01 KG</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: FORTALEZA OU EQUIVALENTE TÉCNICO</p>	SACO		604867	3	1
4	<p>LIXA PARA PAREDE Nº 180.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: 3M OU EQUIVALENTE TÉCNICO</p>	UNID		606915	200	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Itm	DESCRIÇÃO	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
5	LIXA PARA PAREDE Nº 220. MARCA DE REFERÊNCIA: 3M OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		606915	200	-
6	MASSA CORRIDA BRANCA , LATA DE 25 KG MARCA DE REFERÊNCIA: CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	LATA		356009	2	-
7	PINCEL, TRINCHA MÉDIA, PARA PAREDE 3" (7,5CM) MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		462814	4	-
8	PINCEL PARA PAREDE 70MM MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		468753	4	-
9	PINCEL PARA PINTURA, 1/2" MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		468753	4	-
10	ROLO DE ESPUMA 15CM, COM GARFO MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		453727	3	-
11	ROLO PARA PINTURA 15CM - ANTIRESPINGO, COM GARFO MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		453727	12	-
12	ROLO PARA PINTURA 23CM - ANTIRESPINGO, COM GARFO MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		453727	10	-
13	TINTA ACRÍLICA FOSCO LAVÁVEL, LATA DE 18L COM RENDIMENTO DE 380 M² POR DEMÃO, SECAGEM AO TOQUE 30 MINUTOS, SECAGEM ENTRE DEMÃOS: 2 A 4 HORAS, SECAGEM FINAL: 4 HORAS, SEM CHEIRO NA COR BIANCO SERENO , LATA DE 18 LITROS. MARCA DE REFERÊNCIA: SHERWIN WILLIAMS - METALATEX FOSCO PERFEITO SUPERLAVÁVEL OU EQUIVALENTE TÉCNICO).	LATA		261738	18	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250



**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	DESCRIÇÃO	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
14	TINTA ACRÍLICA FOSCO LAVÁVEL, LATA DE 18L COM RENDIMENTO DE 380 M² POR DEMÃO, SECAGEM AO TOQUE 30 MINUTOS, SECAGEM ENTRE DEMÃOS: 2 A 4 HORAS, SECAGEM FINAL: 4 HORAS, SEM CHEIRO NA COR <u>BRANCA</u> , LATA DE 18 LITROS. MARCA DE REFERÊNCIA: SHERWIN WILLIAMS – METALATEX FOSCO PERFEITO SUPERLAVÁVEL OU EQUIVALENTE TÉCNICO).	LATA		418339	5	-
15	TINTA ACRÍLICA ACETINADA LAVÁVEL, LATA DE 18L COM RENDIMENTO DE 325 M² POR DEMÃO, SECAGEM AO TOQUE 30 MINUTOS, SECAGEM ENTRE DEMÃOS: 2 A 4 HORAS, SECAGEM FINAL: 4 HORAS, SEM CHEIRO. NA COR <u>OVELHA</u> , LATA DE 18 LITROS. MARCA DE REFERÊNCIA: SHERWIN WILLIAMS – METALATEX REQUINTE ACRÍLICA ACETINADA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	LATA		418339	5	-

GRUPO II

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Item	DESCRIÇÃO	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
16	COLA ADESIVO DE CONTATO, À BASE DE BORRACHAS E RESINAS SINTÉTICAS, SOLVENTES AROMÁTICOS E ALIFÁTICOS, SEM TOLUOL - GALÃO 2,8KG MARCA DE REFERÊNCIA: TEK BOND OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		625374	3	-
17	FITA DUPLA FACE TRANSFERÍVEL, TRANSPARENTE, ADESIVO ACRÍLICO, ESPESSURA 1MM, DIM. 19MMX20M, CISALHAMENTO DINÂMICO: 4,9 KGF / CM²; TEMPERATURA MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO (CELSIUS): 149 GRAUS CELSIUS; PARA UTILIZAÇÃO EM: VIDRO, METAL, PVC RÍGIDO, ACRÍLICO, POLICARBONATO, ABS, POLIESTIRENO, TINTAS ELETROSTÁTICAS, MADEIRA E CONCRETO; MARCA DE REFERÊNCIA 3M OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	UNID		441602	5	2



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	DESCRIÇÃO	UM	Imagem ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
18	SILICONE ACÉTICO BRANCO , PARA VIDRO E ALUMÍNIO, TUBO COM APROXIMADAMENTE 280GR MARCA DE REFERÊNCIA TEK BOND OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	UNID		612300	12	3
19	SILICONE ACÉTICO CINZA , PARA VIDRO E ALUMÍNIO, TUBO COM APROXIMADAMENTE 280 GR MARCA DE REFERÊNCIA: TEKBOND OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		478750	6	2
20	SILICONE ACÉTICO PRETO , PARA VIDRO E ALUMÍNIO, TUBO COM APROXIMADAMENTE 280GR MARCA DE REFERÊNCIA: TEKBOND OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		478750	3	1
21	VEDA TRINCA ACRÍLICO, TUBO COM APROXIMADAMENTE 425G, COR BRANCA MARCA DE REFERÊNCIA: TEKBOND OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		478750	5	-

GRUPO III

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
22	ARAME GALVANIZADO BWG 20 (0,89MM) - ROLO DE 10 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: ALAMBRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		247711	5	-
23	BUCHA DE FIXAÇÃO NYLON S6, PARA GESSO E DRYWALL MARCA DE REFERÊNCIA: ANCORA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		601982	100	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
24	BUCHA DE GESSO PARA DRYWALL, TIPO ESPIRAL AUTOERFURANTE PARA PARAFUZOS DE 4MM, COMPRIMENTO DA BUCHA: 32MM MARCA DE REFERÊNCIA: STORPLAST OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		601981	100	-
25	FIXAÇÃO PARA ASSENTO PLÁSTICO, COM MICROBAN, COR BRANCA MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		327347	10	-
26	PARAFUSO CABEÇA CHATA, FENDA PHILIPS, MED. 3,5X14MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	3.000	1.000
27	PARAFUSO CABEÇA CHATA, FENDA PHILIPS, MED. 4,0X16MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	1.000	300
28	PARAFUSO CABEÇA CHATA, FENDA PHILIPS, MED. 4,8X50 MM, S8, EM AÇO CARBONO MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	CAIXA		374474	10	1
29	PARAFUSO CABEÇA CHATA, MED. 6.3 X 25MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	1000	200
30	PARAFUSO DRYWALL, PONTA BROCA, MED. 4,2X13MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	5.000	2.000
31	PARAFUSO DRYWALL, TROMBETA, PONTA BROCA, MED. 3,5X25MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	700	500
32	PARAFUSO DRYWALL, TROMBETA, PONTA BROCA, MED. 3,5X45MM MARCA DE REFERÊNCIA: JOMARCA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		374474	500	500



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**


DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
33	VERGALHÃO COM ROSCA TOTAL, EM FERRO GALVANIZADO, MED. 1/4 X 3000MM MARCA DE REFERÊNCIA: MOPA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	BARRA		405510	20	6

GRUPO IV

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
34	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		615103	7	2
35	DUCHA HIGIÊNICA, COM GATILHO E REGISTRO, MANGUEIRA FLEXÍVEL EM ABS CROMADO: 1,20M - PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO MCA: 0,4KGF/CM2 - PRESSÃO MÍNIMA DE FUNCIONAMENTO MCA: 0,2KGF/CM2 MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		617815	10	-
36	RABICHO FLEXÍVEL, CROMADO (MALHA DE AÇO), PARA LAVATÓRIO / MICTÓRIO, 1/2", COM 30CM MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		485193	20	-
37	RABICHO FLEXÍVEL, CROMADO (MALHA DE AÇO), PARA LAVATÓRIO/MICTÓRIO, 1/2", COM 40CM MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		485193	20	-
38	REPARO DE REGISTRO DE PRESSÃO 3/4" MARCA DE REFERÊNCIA: DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		366486	6	-
39	REPARO DECAMATIC ECO PARA VÁLVULA DE MICTÓRIO VERTICAL MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		347806	20	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
40	RETENTOR PARA ACIONADOR DE VÁLVULA DE MICTÓRIO DECAMATIC MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		621991	100	-
41	TORNEIRA ½" DE PAREDE PARA TANQUE EM METAL CROMADO, 18CM MARCA DE REFERÊNCIA: METAIS E CIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		381096	5	-

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
42	FECHADURA TIPO FECHO TARJETA LIVRE/OCUPADO, LAMINADO, ESTRUTURA TS, ACABAMENTO EM NYLON, COR PRETA MARCA/REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA: KOALLA (PADRÃO DA EDIFICAÇÃO) OBSERVAÇÃO: ORIENTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA NO SENTIDO DE MANTER O PADRÃO / COMPATIBILIDADE EXISTENTE NA EDIFICAÇÃO.	UNID		Item: 381151	20	-

CONTA 33.90.30-24 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
43	MOLA HIDRÁULICA AÉREA, PARA PORTA DE MADEIRA E ALUMÍNIO, COR CINZA, SUPORTA ATÉ 45 KG MARCA DE REFERÊNCIA: SOPRANO OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	UNID		615184	20	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CONTA 33.90.30-25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
44	ESPUMA TARUCEL (ROUDEX) 6MM CORDÃO DE ESPUMA PARA VIDRO/DIVISÓRIA - 6 MM, ROLO COM 50 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: EPEX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		385630	10	1

GRUPO V

CONTA 33.90.30-25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

tem	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
45	CORREIA EM V - A-30 MARCA DE REFERÊNCIA: GATES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		457121	70	30
46	CORREIA EM V - A-32 MARCA DE REFERÊNCIA: GATES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		457121	70	30
47	DUTO FLEXÍVEL 8 POLEGADAS COM ISOLAMENTO - 6 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: NOVA EXAUSTORES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		626873	10	3
48	ROLAMENTO 6202 - 2Z/C3 MARCA DE REFERÊNCIA: SKF OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		299188	72	20
49	ROLAMENTO YET - 204 MARCA DE REFERÊNCIA: OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		299188	72	20
50	TUBO DE COBRE PARA SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DE ARCONDICIONADO; DIÂMETRO NOMINAL DE 3/8"; ESPESSURA 0,79MM; MASSA: 0,193KG/M; MASSA TOTAL: 1,93KG; PRESSÃO DE SERVIÇO: 85KGF/CM; ROLO COM 15 METROS DE COMPRIMENTO MARCA DE REFERÊNCIA: ELUMA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		624389	3	1



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**


DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

tem	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
51	TUBO DE COBRE PARA SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO - 1/4", ROLO DE 30 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: ELUMA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		624389	3	1

GRUPO VI

CONTA 33.90.30-25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
52	ESCOVA DE POLIMENTO EM LÃ NATURAL DE OVELHA - 12,7MM COR: PRETO , COMPATÍVEL COM LUSTRADORA DE CALÇADOS USIBRILHE MODELO USI-01. MARCA DE REFERÊNCIA: USIBRILHE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	UNID		438309	8	4
53	ESCOVA DE POLIMENTO EM LÃ NATURAL DE OVELHA - 12,7MM COR: MARROM , COMPATÍVEL COM LUSTRADORA DE CALÇADOS USIBRILHE MODELO USI-01. MARCA DE REFERÊNCIA: USIBRILHE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	UNID		438309	8	4

GRUPO VII

CONTA 33.90.30-26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
54	ABRAÇADEIRA DE NYLON 200 X 2,05 MM PACOTES COM 100 UNIDADES MARCA DE REFERÊNCIA: SIBRATEC OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		613478	5	-
55	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA TIPO D COM CUNHA, PARA ELETRODUTO, DN20 (3/4") MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		626496	200	-
56	CABO FLEXÍVEL 3 VIAS DE SEÇÃO NOMINAL 2,5MM ² , CLASSE DE ISOLAÇÃO 450/750V COR PRETA MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	METRO		352671	700	200



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
57	CABO FLEXÍVEL, 3 VIAS DE SEÇÃO NOMINAL, 1,5 MM², CLASSE DE ISOLAÇÃO 450/750 COR PRETA MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	METRO		631001	700	200
58	CABO FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL 2,5MM², COR PRETA , ROLO COM 100 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ROLO		352671	5	2
59	CHUMBADOR MECÂNICO PARABOLT 1/4"X35MM MARCA DE REFERÊNCIA: ANCORA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		610833	200	70
60	CONECTOR BORNE SAK 4MM MARCA DE REFERÊNCIA: WEG OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		472686	200	50
61	CONECTOR MACHO 2P+T HEXAGONAL, CORPO EM TERMOPLÁSTICO, SAÍDA DE FIO LATERAL (90°), 10A - 250V MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		614591	50	-
62	CURVA DE 90° EM AÇO, RAIOS LONGOS, PARA ELETRODUTO DN20 (3/4") MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		483266	30	10
63	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5, POTÊNCIA NOMINAL 28W, TENSÃO NOMINAL 220V MARCA DE REFERÊNCIA: PHILIPS OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		403953	100	-
64	LÂMPADA LED BULBO 9W, BASE E 27; COR BRANCA VIDA ÚTIL 15000H; BIVOLT. FLUXO LUMINOSO 870 LUMENS, DIMENSÃO 120 MM LARGURA 65 MM REFERÊNCIA MARCA DE REFERÊNCIA: AVANT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		628793	20	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
65	LUVA DE LIGA DE SILÍCIO, SEM ROSCA, PARA ELETRODUTO DN20 (3/4"), INCLUI PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DO ELETRODUTO MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		419848	20	10
66	REATOR ELETRÔNICO PARA 4 LÂMPADAS 14W - T5, TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 220VCA MARCA DE REFERÊNCIA: PHILIPS OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		379479	100	20
67	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 3/4" MARCA DE REFERÊNCIA: INBRAELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		619747	10	-
68	TERMINAL AGULHA, PARA CABO 4MM/6MM, TPP - 6-12 MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		415660	40	-
69	TERMINAL ILHÓS, PRÉ-ISOLADO 4,00 MM MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		415660	30	-
70	TERMINAL PINO, PRÉ-ISOLADO 4 A 6 MM MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		415660	30	10

GRUPO VIII

CONTA 33.90.30-26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
71	SENSOR DE PRESENÇA TETO 360°, TENSÃO 100 A 240 VCA - 50/60HZ, BIVOLT AUTOMÁTICO MARCA DE REFERÊNCIA: EXATRON OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		486109	20	10
72	SENSOR DE PRESENÇA PAREDE, TENSÃO 100 A 240VCA - 50/60HZ, BIVOLT AUTOMÁTICO MARCA DE REFERÊNCIA: EXATRON OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		486109	20	-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO**

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Logística

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

**TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS




GRUPO IX

CONTA 33.90.30-26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
73	BATERIA ALCALINA 9V, NÃO RECARREGÁVEL MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		614546	5	-
74	BATERIA DE LÍTIO METÁLICO, CR 2032 MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		341070	10	-
75	PILHA ALCALINA PALITO, AAA. MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		432380	100	-
76	PILHA ALCALINA, TAMANHO PEQUENO AA. MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		241780	400	-
77	PILHA C ALCALINA, MÉDIA (50MM DE ALTURA), LR14 MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		435129	8	4

GRUPO X

CONTA 33.90.30-42 - FERRAMENTAS




Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
78	BROCA DE AÇO RAPIDO, 3MM MARCA DE REFERÊNCIA: BOSCH OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		352671	30	5
79	BROCA DE AÇO RAPIDO, 6MM MARCA DE REFERÊNCIA: BOSCH OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		352671	20	5
80	BROCA DE AÇO RAPIDO, 8MM MARCA DE REFERÊNCIA: BOSCH OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		352671	20	5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Logística
SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF- CEP: 70.040-250

TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	UM	Foto Ilustrativa	CATMAT	Quant. Solicitada	Previsão de aquisição imediata
81	LÂMINA DE AÇO CARBONO PARA ESTILETE PROFISSIONAL, 18MM, CARTELA COM 10 UNIDADES MARCA DE REFERÊNCIA: MTX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	CARTELA		419757	20	2
82	LÂMINA BI-METAL UNIQUE PARA SERRA TICO-TICO, CARTELA COM 5 PEÇAS. MARCA DE REFERÊNCIA: STARRETT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	CARTELA		447927	5	-
83	LÂMINA DE SERRA 12" MARCA DE REFERÊNCIA: SARRETT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UNID		447927	10	5

Brasília, 17 de outubro de 2025.

Assinado eletronicamente

VALQUÍRIA FARIA GONÇALVES
Integrante Requisitante

Assinado eletronicamente

RENNAN HIAGO SANTANA DA ROCHA
Integrante Requisitante

Assinado eletronicamente

RENATO DANIEL CRISOSTOMO LIESS
Integrante Técnico

Assinado eletronicamente

ELSON FERNANDO COSTA CUMARU
Integrante Técnico

Assinado eletronicamente

JOSÉ VITOR DE AGUIAR VIEIRA
Integrante Administrativo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

ANEXO II DO EDITAL
MODELO DE PROPOSTA E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2026/PGT/MPT

PGEA 20.02.0001.0006133/2025-79

Item 1:

Item	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
1	Gás refrigerante, para sistemas de refrigeração R410A - botija com 11,3 kg. Marca obrigatória: Chemours.	15	R\$ 1.677,56	R\$ 25.163,40
Total do item 1				R\$ 25.163,40

Item 2:

Item	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
2	Álcool em gel 70%, refil com 800ml , para anti-sepsia complementar das mãos. Registro no MS e em conformidade com as resoluções ANVISA. Marca de referência: Premisse ou equivalente técnico.	300	R\$ 12,99	R\$ 3.897,00
Total do item 2				R\$ 3.897,00

Grupo 1:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
3	Gesso em pó embalagem com 01 kg. Marca de referência: Fortaleza ou equivalente técnico	3	R\$ 3,86	R\$ 11,58
4	Lixa para parede nº 180. Marca de referência: 3M ou equivalente técnico	200	R\$ 1,63	R\$ 326,00
5	Lixa para parede nº 220. Marca de referência: 3M ou equivalente técnico	200	R\$ 1,75	R\$ 350,00
6	Massa corrida branca, lata de 25 kg. Marca de referência: Coral ou equivalente técnico	2	R\$ 95,64	R\$ 191,28
7	Pincel, trinchá média, para parede 3" (7,5cm). Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	4	R\$ 15,85	R\$ 63,40
8	Pincel para parede 70mm. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	4	R\$ 18,21	R\$ 72,84
9	Pincel para pintura, 1/2". Marca de referência: tigre ou equivalente técnico	4	R\$ 4,73	R\$ 18,92
10	Rolo de espuma 15cm, com garfo. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	3	R\$ 14,04	R\$ 42,12
11	Rolo para pintura 15cm - antirespingo, com garfo. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	12	R\$ 14,55	R\$ 174,60
12	Rolo para pintura 23cm - antirespingo, com garfo. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	10	R\$ 14,70	R\$ 147,00
13	Tinta acrílica fosco lavável, lata de 18 litros com rendimento de 380 m² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro. Cor branco sereno. Marca de referência: Sherwin Williams – Metalatex fosco perfeito superlavável ou equivalente técnico.	18	R\$ 582,61	R\$ 10.486,98



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Continuação do Grupo 1:

14	Tinta acrílica fosco lavável, lata de 18l com rendimento de 380 m ² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro na cor <u>branca</u> . Lata de 18 litros. Marca de referência: sherwin williams – metalatex fosco perfeito superlavável ou equivalente técnico).	5	R\$ 540,07	R\$ 2.700,35
15	Tinta acrílica acetinada lavável, lata de 18l com rendimento de 325 m ² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro. Na cor <u>ovelha</u> . Lata de 18 litros. Marca de referência: sherwin williams – metalatex requinte acrílica acetinada ou equivalente técnico	5	R\$ 563,77	R\$ 2.818,85
Total do Grupo 1				R\$ 17.403,92

Grupo 2:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
16	Cola adesivo de contato, à base de borrachas e resinas sintéticas, solventes aromáticos e alifáticos, sem toluol - galão 2,8kg. Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00
17	Fita dupla face transferível, transparente, adesivo acrílico, espessura 1mm, dim. 19mmx20m, cisalhamento dinâmico: 4,9 kgf/cm ² ; temperatura máxima de funcionamento (celsius): 149 °C; para utilização em: vidro, metal, pvc rígido, acrílico, policarbonato, abs, poliestireno, tintas eletrostáticas, madeira e concreto; Marca de referência 3M ou equivalente técnico.	5	R\$ 115,35	R\$ 576,75
18	Ilicone acético <u>branco</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280gr. Marca de referência Tekbond ou equivalente técnico.	12	R\$ 27,66	R\$ 331,92
19	Silicone acético <u>cinza</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280 gr. Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	6	R\$ 23,14	R\$ 138,84
20	Silicone acético <u>preto</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280gr. Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	3	R\$ 26,07	R\$ 78,21
21	Veda trinca acrílico, tubo com aproximadamente 425g, cor branca. Marca de referência: tekbond ou equivalente técnico	5	R\$ 24,26	R\$ 121,30
Total do grupo 2				R\$ 1.727,02



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Grupo 3:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit. (r\$)	Subtotal (r\$)
22	Arame galvanizado bwg 20 (0,89mm) - rolo de 10 metros Marca de referência: alambre ou equivalente técnico	5	23,88	119,40
23	Bucha de fixação nylon s6, para gesso e drywall Marca de referência: ancora ou equivalente técnico	100	0,23	23,00
24	Bucha de gesso para drywall, tipo espiral autoperfurante para parafusos de 4mm, comprimento da bucha: 32mm Marca de referência: storplast ou equivalente técnico	100	0,45	45,00
25	Fixação para assento plástico, com microban, cor branca Marca de referência: deca ou equivalente técnico	10	26,60	266,00
26	Parafuso cabeça chata, fenda philips, Med. 3,5x14mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	3.000	0,12	360,00
27	Parafuso cabeça chata, fenda philips, Med. 4,0x16mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	1.000	0,15	150,00
28	Parafuso cabeça chata, fenda philips, med. 4,8x50 mm, s8, em aço carbono Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	10	0,26	2,60
29	Parafuso cabeça chata, med. 6.3 x 25mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	1.000	0,63	630,00
30	Parafuso drywall, ponta broca, med. 4,2x13mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	5.000	0,20	1.000,00
31	Parafuso drywall, trombeta, ponta broca, med. 3,5x25mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	700	0,13	91,00
32	Parafuso drywall, trombeta, ponta broca, med. 3,5x45mm Marca de referência: jomarca ou equivalente técnico	500	0,14	70,00
33	Vergalhão com rosca total, em ferro galvanizado, med. 1/4 x 3000mm Marca de referência: mopa ou equivalente técnico	20	9,94	198,80
Total do grupo 3:				R\$ 2.955,80



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Grupo 4:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit. (r\$)	Subtotal (r\$)
34	Fita veda rosca 18mmx50m Marca de referência: tigre ou equivalente técnico	7	15,80	110,60
35	Ducha higiênica, com gatilho e registro, mangueira flexível em abs cromado: 1,20m - pressão máxima de funcionamento mca: 0,4kgf/cm2 - pressão mínima de funcionamento mca: 0,2kgf/cm2 Marca de referência: deca ou equivalente técnico	10	509,46	5.094,60
36	Rabicho flexível, cromado (malha de aço), para lavatório / mictório, 1/2", com 30cm Marca de referência: deca ou equivalente técnico	20	29,98	599,60
37	Rabicho flexível, cromado (malha de aço), para lavatório/mictório, 1/2", com 40cm Marca de referência: deca ou equivalente técnico	20	45,61	912,20
38	Reparo de registro de pressão 3/4" Marca de referência: docol ou equivalente técnico	6	49,55	297,30
39	Reparo decamatic eco para válvula de mictório vertical Marca de referência: deca ou equivalente técnico	20	112,87	2.257,40
40	Retentor para acionador de válvula de mictório decamatic Marca de referência: deca ou equivalente técnico	100	8,08	808,00
41	Torneira 1/2" de parede para tanque em metal cromado, 18cm Marca de referência: metais e cia ou equivalente técnico	5	89,63	448,15
Total do grupo 4				R\$ 10.527,85

Item 42:

Item	Descrição	Qtd	Prç unit. (r\$)	Subtotal (r\$)
42	<i>Fechadura tipo fecho tarjeta livre/ocupado, laminado, estrutura ts, acabamento em nylon, cor <u>preta</u>.</i> Marca/referência obrigatória: Koalla (padrão da edificação) Observação: orientação da equipe técnica no sentido de manter o padrão / compatibilidade existente na edificação.	20	58,62	1.172,40
Total do item 42				R\$ 1.172,40



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Item 43:

Item	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
43	Mola hidráulica aérea, para porta de madeira e alumínio, cor cinza, suporta até 45 kg Marca de referência: Soprano ou equivalente técnico.	20	R\$ 193,61	R\$ 3.872,20
Total do item 43				R\$ 3.872,20

Item 44:

Item	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
44	<i>Espuma tarucel (roudex) 6mm cordão de espuma para vidro/divisória - 6 mm, rolo com 50 metros</i> Marca de referência: epex ou equivalente técnico	10	30,95	309,50
Total do item 44				R\$ 309,50

Grupo 5:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit. (r\$)	Subtotal
45	Correia em v - a-30 Marca de referência: gates ou equivalente técnico	70	31,36	2.195,20
46	Correia em v - a-32 Marca de referência: gates ou equivalente técnico	70	32,42	2.269,40
47	Duto flexível 8 polegadas com isolamento - 6 metros Marca de referência: nova exaustores ou equivalente técnico	10	175,78	1.757,80
48	Rolamento 6202 - 2z/c3 Marca de referência: skf ou equivalente técnico	72	23,56	1.696,32
49	Rolamento yet – 204 Marca de referência: ou equivalente técnico	72	134,26	9.666,72
50	Tubo de cobre para sistema de refrigeração de ar condicionado; diâmetro nominal de 3/8"; espessura 0,79mm; massa: 0,193kg/m; massa total: 1,93kg; pressão de serviço: 85kgf/cm; rolo com 15 metros de comprimento Marca de referência: eluma ou equivalente técnico	3	330,00	990,00
51	Tubo de cobre para sistema de refrigeração e ar condicionado - 1/4", rolo de 30 metros Marca de referência: eluma ou equivalente técnico	3	415,33	1.245,99



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Total do grupo 5	R\$ 19.821,43
-------------------------	----------------------

Grupo 6:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
52	Escova de polimento em lã natural de ovelha - 12,7mm cor: preto , compatível com lustradora de calçados usibrilhe modelo usi-01. Marca de referência: usibrilhe ou equivalente técnico.	8	382,00	3.056,00
53	Escova de polimento em lã natural de ovelha - 12,7mm cor: marrom , compatível com lustradora de calçados usibrilhe modelo usi-01. Marca de referência: usibrilhe ou equivalente técnico.	8	472,00	3.776,00
Total do grupo 6				R\$ 6.832,00

Grupo 7:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
54	Abraçadeira de nylon 200 x 2,05 mm. Pacotes com 100 unidades. Marca de referência: sibratec ou equivalente técnico	5	13,23	66,15
55	Abraçadeira galvanizada tipo d com cunha, para eletroduto, dn20 (3/4") Marca de referência: tramontina ou equivalente técnico	200	5,42	1.084,00
56	Cabo flexível 3 vias de seção nominal 2,5mm ² , classe de isolamento 450/750v. Cor preta Marca de referência: sil ou equivalente técnico	700	9,58	6.706,00
57	Cabo flexível, 3 vias de seção nominal, 1,5 mm ² , classe de isolamento 450/750. Cor preta Marca de referência: sil ou equivalente técnico	700	7,05	4.935,00
58	Cabo flexível, seção nominal 2,5mm ² , cor preta , rolo com 100 metros. Marca de referência: sil ou equivalente técnico	5	215,08	1.075,40
59	Chumbador mecânico parabolt 1/4"x35mm Marca de referência: ancora ou equivalente técnico	200	2,67	534,00
60	Conector borne sak 4mm Marca de referência: weg ou equivalente técnico	200	7,00	1.400,00
61	Conector macho 2p+t hexagonal, corpo em termoplástico, saída de fio lateral (90°), 10a - 250v Marca de referência: tramontina ou equivalente técnico	50	9,03	451,50
62	Curva de 90° em aço, raio longo, para eletroduto dn20 (3/4"). Marca de referência: tramontina ou equivalente técnico	30	6,70	201,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

63	Lâmpada fluorescente tubular t5, potência nominal 28w , tensão nominal 220v Marca de referência: philips ou equivalente técnico	100	12,91	1.291,00
64	Lampada led bulbo 9w, base e 27; cor branca vida útil 15000h; bivolt. Fluxo luminoso 870 volumes, dimensao 120 mm largura 65 mm referencia Marca de referência: avant ou equivalente técnico	20	8,14	162,80
65	Luva de liga de silicio, sem rosca, para eletroduto dn20 (3/4"), inclui parafusos para fixação do eletroduto Marca de referência: tramontina ou equivalente técnico	20	6,12	122,40
66	Reator eletrônico para 4 lâmpadas 14w - t5, tensão nominal de entrada 220vca Marca de referência: philips ou equivalente técnico	100	139,50	13.950,00
67	Saida horizontal para eletroduto 3/4" Marca de referência: inbraell ou equivalente técnico	10	10,78	107,80
68	Terminal agulha, para cabo 4mm/6mm, tpp - 6-12 Marca de referência: eletrokit ou equivalente técnico	40	1,02	40,80
69	Terminal ilhós, pré-isolado 4,00 mm Marca de referência: eletrokit ou equivalente técnico	30	0,60	18,00
70	Terminal pino, pré-isolado 4 a 6 mm Marca de referência: eletrokit ou equivalente técnico	30	0,81	24,30
Total do grupo 7				R\$ 32.170,15

Grupo 8:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
71	Sensor de presença teto 360°, tensão 100 a 240 vca - 50/60hz, bivolt automático. Marca de referência: Exatron ou equivalente técnico	20	R\$ 58,85	R\$ 1.177,00
72	Sensor de presença parede, tensão 100 a 240vca - 50/60hz, bivolt automático. Marca de referência: Exatron ou equivalente técnico	20	R\$ 59,91	R\$ 1.198,20
Total do Grupo 8				R\$ 2.375,20

Grupo 9:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
73	Bateria alcalina 9V, não recarregável. Marca de referência: Duracell ou equivalente técnico	5	R\$ 40,92	R\$ 204,60
74	Bateria de lítio metálico, CR2032. Marca de referência: duracell ou equivalente técnico	10	R\$ 13,80	R\$ 138,00
75	Pilha alcalina palito, AAA. Marca de referência: Duracell ou equivalente técnico	100	R\$ 6,88	R\$ 688,00
76	Pilha alcalina, tamanho pequeno AA. Marca de referência: Duracell ou equivalente técnico	400	R\$ 8,72	R\$ 3.488,00
77	Pilha c alcalina, média (50mm de altura), LR14 Marca de referência: duracell ou equivalente técnico	8	R\$ 24,80	R\$ 198,40
Total do Grupo 9				R\$ 4.717,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Grupo 10:

Itens	Descrição	Qtd	Prç unit.	Subtotal
78	Broca de aço rapido, 3mm Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	30	R\$ 8,35	R\$ 250,50
79	Broca de aço rapido, 6mm. Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	20	R\$ 14,98	R\$ 299,60
80	Broca de aço rapido, 8mm. Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	20	R\$ 17,39	R\$ 347,80
81	Lâmina de aço carbono para estilete profissional, 18mm, cartela com 10 unidades. Marca de referência: MTX ou equivalente técnico	20	R\$ 16,55	R\$ 331,00
82	Lâmina bi-metal unique para serra tico-tico, cartela com 5 peças. Marca de referência: starrett ou equivalente técnico	5	R\$ 102,07	R\$ 510,35
83	Lâmina de serra 12". Marca de referência: Starrett ou equivalente técnico	10	R\$ 16,08	R\$ 160,80
Total do Grupo 10				R\$ 1.900,05

Validade da proposta: ____/____/____ (mínimo 90 dias, conforme tópico 8.8.2 do edital)

Valor total da proposta: **R\$ xx.xxx,xx** (xx mil, xxx reais e xx centavos)

Cnpj:

e-mail:

Razão social:

Endereço:

Telefone(s): ()

fax: ()

Banco:

agência:

c/c:

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

1. Declaro que minha proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, bem como compreende todos os impostos, taxas, inclusive frete e quaisquer outras despesas.

DECLARAÇÃO DE NÃO-PARESTESCO

2. Declaro, com fulcro no art. 4º da resolução nº 1º/2005 do CNMP, sob as penas da lei e para fins de contratação com o ministério público do trabalho/procuradoria geral do trabalho, que nos quadros da empresa, CNPJ....., inexistente sócio, gerente ou diretor que seja membro ou servidor em exercício no ministério público do trabalho, ocupante de cargo de direção no ministério público da união, servidor cedido ou colocado à disposição deste ministério por órgãos da administração pública, direta ou indireta, da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

área encarregada da licitação do ministério público do trabalho, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os ministérios públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO JUNTO AO CADIN

3. Comprometo-me, para fins de assinatura do contrato e durante toda a vigência contratual, a regularizar e manter regular a situação da empresa, CNPJ Junto ao cadastro informativo de créditos não quitados no setor publico federal – cadin, conforme estabelecido no edital.

Local e data

Assinatura
(representante legal da empresa)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

ANEXO III DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2026/PGT/MPT

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90001/2026/PGT/MPT

PGEA 20.02.0001.0006133/2025-79

A PROCURADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, representada nesta ato pela Diretor(a) de Administração, o(a) Senhor(a), CPF, RG, designado(a) pela Portaria nº 103, de 26 de janeiro de 2018, no uso da competência prevista no art. 270, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho instituído pela Portaria nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, do Senhor Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023 e nas demais normas legais aplicáveis, **RESOLVE** registrar os preços ofertados na proposta da licitante adjudicatária dos itens/grupos do **Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços nº XXX/2026/PGT/MPT**, conforme a classificação final da fase de lances, a ata eletrônica da sessão pública e o termo de adjudicação e homologação publicado no Diário Oficial da União sob o doc. nº, de acordo com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

Registro de preços para fornecimento de materiais relacionados à manutenção predial, abrangendo gás engarrafado, material para manutenção de bens imóveis, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico, material de limpeza e produtos de higienização (álcool em gel), bem como ferramentas, para atendimento das necessidades do Ministério Público do Trabalho, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A tabela abaixo apresenta o número do item, a descrição do item, a quantidade do item registrada para o órgão gerenciador, o valor unitário registrado para o item e o valor total registrado para o órgão gerenciador.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

TABELAS DOS QUANTITATIVOS TOTAIS REGISTRADOS

Itens Avulsos

Item	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
01	Gás refrigerante, para sistemas de refrigeração R410A - botija com 11,3 kg. <u>Marca obrigatória: Chemours</u>	15		
02	Álcool em gel 70%, refil com <u>800ml</u> , para anti-sepsia complementar das mãos. Registro no MS e em conformidade com as resoluções ANBISA Marca de referência: Premisse ou equivalente técnico.	300		

Grupo 1

Itens	Descrição	Quant. P/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
3	Gesso em pó embalagem com 01 kg Marca de referência: Fortaleza ou equivalente técnico	3		
4	Lixa para parede nº 180. Marca de referência: 3M ou equivalente técnico	200		
5	Lixa para parede nº 220. Marca de referência: 3M ou equivalente técnico	200		
6	Massa corrida <u>branca</u> , lata de 25 kg. Marca de referência: Coral ou equivalente técnico	2		
7	Pincel, trincha média, para parede 3” (7,5cm). Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	4		
8	Pincel para parede 70mm. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	4		
9	Pincel para pintura, 1/2". Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	4		
10	Rolo de espuma 15cm, com garfo Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	3		
11	Rolo para pintura 15cm - antirrespingo, com garfo. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	12		
12	Rolo para pintura 23cm - antirrespingo, com garfo. Marca de referência: Tigre ou equivalente técnico	10		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Continuação do Grupo 1:

13	Tinta acrílica fosco lavável, lata de 18l com rendimento de 380 m ² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro na cor <u>Bianco Sereno</u> . Lata de 18 litros. Marca de referência: Sherwin Williams – Metalatex fosco perfeito superlavável ou equivalente técnico.	18		
14	Tinta acrílica fosco lavável, lata de 18l com rendimento de 380 m ² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro na cor <u>branca</u> . Lata de 18 litros. Marca de referência: Sherwin Williams – Metalatex fosco perfeito superlavável ou equivalente técnico).	5		
15	Tinta acrílica acetinada lavável, lata de 18l com rendimento de 325 m ² por demão, secagem ao toque 30 minutos, secagem entre demãos: 2 a 4 horas, secagem final: 4 horas, sem cheiro. Cor <u>Ovelha</u> . Lata de 18 litros. Marca de referência: Sherwin Williams – Metalatex requinte acrílica acetinada ou equivalente técnico	5		
Total do Grupo 1				R\$

Grupo 2:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
16	Cola adesivo de contato, à base de borrachas e resinas sintéticas, solventes aromáticos e alifáticos, sem Toluol - galão 2,8kg Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	3		
17	Fita dupla face transferível, transparente, adesivo acrílico, espessura 1mm, dim. 19mmx20m, cisalhamento dinâmico: 4,9 kgf/cm ² ; temperatura máxima de funcionamento: 149 °C; para utilização em: vidro, metal, PVC rígido, acrílico, polycarbonato, ABS, poliestireno, tintas eletrostáticas, madeira e concreto; Marca de referência 3M ou equivalente técnico.	5		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Continuação do Grupo 2:

18	Silicone acético <u>branco</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280gr Marca de referência Tekbond ou equivalente técnico.	12		
19	Silicone acético <u>cinza</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280 gr Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	6		
20	Silicone acético <u>preto</u> , para vidro e alumínio, tubo com aproximadamente 280gr Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	3		
21	Veda trinca acrílico, tubo com aproximadamente 425g, cor branca Marca de referência: Tekbond ou equivalente técnico	5		
Total do Grupo 2				R\$

Grupo

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
22	Arame galvanizado bwg 20 (0,89mm) - rolo de 10 metros. Marca de referência: Alambre ou equivalente técnico	5		
23	Bucha de fixação nylon s6, para gesso e drywall. Marca de referência: Ancora ou equivalente técnico	100		
24	Bucha de gesso para drywall, tipo espiral autoperfurante para parafusos de 4mm, comprimento da bucha: 32mm. Marca de referência: Storplast ou equivalente técnico	100		
25	Fixação para assento plástico, com microban, cor branca. Marca de referência: deca ou equivalente técnico	10		
26	Parafuso cabeça chata, fenda Philips, Med. 3,5x14mm. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	3.000		
27	Parafuso cabeça chata, fenda Philips, Med. 4,0x16mm. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	1.000		
28	Parafuso cabeça chata, fenda philips, med. 4,8x50 mm, s8, em aço carbono. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	10		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

29	Parafuso cabeça chata, med. 6.3 x 25mm Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	1.000		
30	Parafuso drywall, ponta broca, med. 4,2x13mm. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	5.000		
31	Parafuso drywall, trombeta, ponta broca, med. 3,5x25mm. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	700		
32	Parafuso drywall, trombeta, ponta broca, med. 3,5x45mm. Marca de referência: Jomarca ou equivalente técnico	500		
33	Vergalhão com rosca total, em ferro galvanizado, med. 1/4 x 3000mm Marca de referência: mopa ou equivalente técnico	20		
Total do Grupo 3:				R\$

Grupo 4:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
34	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M MARCA DE REFERÊNCIA: TIGRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	7		
35	DUCHA HIGIÊNICA, COM GATILHO E REGISTRO, MANGUEIRA FLEXÍVEL EM ABS CROMADO: 1,20M - PRESSÃO MÁXIMA DE FUNCIONAMENTO MCA: 0,4KGF/CM2 - PRESSÃO MÍNIMA DE FUNCIONAMENTO MCA: 0,2KGF/CM2 MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	10		
36	RABICHO FLEXÍVEL, CROMADO (MALHA DE AÇO), PARA LAVATÓRIO / MICTÓRIO, 1/2", COM 30CM MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	20		
37	RABICHO FLEXÍVEL, CROMADO (MALHA DE AÇO), PARA LAVATÓRIO/MICTÓRIO, 1/2", COM 40CM MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE	20		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

	TÉCNICO			
38	REPARO DE REGISTRO DE PRESSÃO 3/4" MARCA DE REFERÊNCIA: DOCOL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	6		
39	REPARO DECAMATIC ECO PARA VÁLVULA DE MICTÓRIO VERTICAL MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	20		
40	RETENTOR PARA ACIONADOR DE VÁLVULA DE MICTÓRIO DECAMATIC MARCA DE REFERÊNCIA: DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	100		
41	TORNEIRA ½" DE PAREDE PARA TANQUE EM METAL CROMADO, 18CM MARCA DE REFERÊNCIA: METAIS E CIA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	5		
Total do Grupo 4				R\$

Item	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
42	FECHADURA TIPO FECHO TARJETA LIVRE/OCUPADO, LAMINADO, ESTRUTURA TS, ACABAMENTO EM NYLON, COR PRETA MARCA/REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA: KOALLA (PADRÃO DA EDIFICAÇÃO) OBSERVAÇÃO: ORIENTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA NO SENTIDO DE MANTER O PADRÃO / COMPATIBILIDADE EXISTENTE NA EDIFICAÇÃO.	20		
43	MOLA HIDRÁULICA AÉREA, PARA PORTA DE MADEIRA E ALUMÍNIO, COR CINZA, SUPORTA ATÉ 45 KG MARCA DE REFERÊNCIA: SOPRANO OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	20		
44	ESPUMA TARUCEL (ROUDIX) 6MM CORDÃO DE ESPUMA PARA VIDRO/DIVISÓRIA - 6 MM, ROLO COM 50 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: EPEX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	10		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

GRUPO 5:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
45	CORREIA EM V - A-30 MARCA DE REFERÊNCIA: GATES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	70		
46	CORREIA EM V - A-32 MARCA DE REFERÊNCIA: GATES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	70		
47	DUTO FLEXÍVEL 8 POLEGADAS COM ISOLAMENTO - 6 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: NOVA EXAUSTORES OU EQUIVALENTE TÉCNICO	10		
48	ROLAMENTO 6202 - 2Z/C3 MARCA DE REFERÊNCIA: SKF OU EQUIVALENTE TÉCNICO	72		
49	ROLAMENTO YET - 204 MARCA DE REFERÊNCIA: OU EQUIVALENTE TÉCNICO	72		
50	TUBO DE COBRE PARA SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DE ARCONDICIONADO; DIÂMETRO NOMINAL DE 3/8"; ESPESSURA 0,79MM; MASSA: 0,193KG/M; MASSA TOTAL: 1,93KG; PRESSÃO DE SERVIÇO: 85KGF/CM; ROLO COM 15 METROS DE COMPRIMENTO MARCA DE REFERÊNCIA: ELUMA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	3		
51	TUBO DE COBRE PARA SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO - 1/4", ROLO DE 30 METROS MARCA DE REFERÊNCIA: ELUMA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	3		
Total do Grupo 5				R\$

GRUPO 6:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
52	ESCOVA DE POLIMENTO EM LÃ NATURAL DE OVELHA - 12,7MM COR: PRETO , COMPATÍVEL COM LUSTRADORA DE CALÇADOS USIBRILHE MODELO USI-01. MARCA DE REFERÊNCIA: USIBRILHE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	8		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

53	ESCOVA DE POLIMENTO EM LÃ NATURAL DE OVELHA - 12,7MM COR: MARROM , COMPATÍVEL COM LUSTRADORA DE CALÇADOS USIBRILHE MODELO USI-01. MARCA DE REFERÊNCIA: USIBRILHE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	8		
Total do Grupo 6				R\$

GRUPO 7:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
54	ABRAÇADEIRA DE NYLON 200 X 2,05 MM. PACOTES COM 100 UNIDADES MARCA DE REFERÊNCIA: SIBRATEC OU EQUIVALENTE TÉCNICO	5		
55	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA TIPO D COM CUNHA, PARA ELETRODUTO, DN20 (3/4") MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	200		
56	CABO FLEXÍVEL 3 VIAS DE SEÇÃO NOMINAL 2,5MM², CLASSE DE ISOLAÇÃO 450/750V. COR PRETA MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	700		
57	CABO FLEXÍVEL, 3 VIAS DE SEÇÃO NOMINAL, 1,5 MM², CLASSE DE ISOLAÇÃO 450/750. COR PRETA MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	700		
58	CABO FLEXÍVEL, SEÇÃO NOMINAL 2,5MM², COR PRETA , ROLO COM 100 METROS. MARCA DE REFERÊNCIA: SIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	5		
59	CHUMBADOR MECÂNICO PARABOLT 1/4"X35MM MARCA DE REFERÊNCIA: ANCORA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	200		
60	CONECTOR BORNE SAK 4MM MARCA DE REFERÊNCIA: WEG OU EQUIVALENTE TÉCNICO	200		
61	CONECTOR MACHO 2P+T HEXAGONAL, CORPO EM TERMOPLÁSTICO, SAÍDA DE FIO LATERAL (90°), 10A - 250V MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	50		
62	CURVA DE 90° EM AÇO, RAIOS LONGOS, PARA	30		



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

	ELETRODUTO DN20 (3/4") MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO			
63	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5, POTÊNCIA NOMINAL 28W, TENSÃO NOMINAL 220V MARCA DE REFERÊNCIA: PHILIPS OU EQUIVALENTE TÉCNICO	100		
64	LAMPADA LED BULBO 9W, BASE E 27; COR BRANCA VIDA UTIL 15000H; BIVOLT. FLUXO LUMINOSO 870 VOLUMES, DIMENSAO 120 MM LARGURA 65 MM REFERENCIA MARCA DE REFERÊNCIA: AVANT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	20		
65	LUVA DE LIGA DE SILICIO, SEM ROSCA, PARA ELETRODUTO DN20 (3/4"), INCLUI PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DO ELETRODUTO MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA OU EQUIVALENTE TÉCNICO	20		
66	REATOR ELETRÔNICO PARA 4 LÂMPADAS 14W - T5, TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 220VCA MARCA DE REFERÊNCIA: PHILIPS OU EQUIVALENTE TÉCNICO	100		
67	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 3/4" MARCA DE REFERÊNCIA: INBRAELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	10		
68	TERMINAL AGULHA, PARA CABO 4MM/6MM, TPP - 6-12 MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	40		
69	TERMINAL ILHÓS, PRÉ-ISOLADO 4,00 MM MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	30		
70	TERMINAL PINO, PRÉ-ISOLADO 4 A 6 MM MARCA DE REFERÊNCIA: ELETROKIT OU EQUIVALENTE TÉCNICO	30		
Total do Grupo 7				R\$

GRUPO 8:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
71	SENSOR DE PRESENÇA TETO 360°, TENSÃO 100 A 240 VCA - 50/60HZ, BIVOLT AUTOMÁTICO	20		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

	MARCA DE REFERÊNCIA: EXATRON OU EQUIVALENTE TÉCNICO			
72	SENSOR DE PRESENÇA PAREDE, TENSÃO 100 A 240VCA - 50/60HZ, BIVOLT AUTOMÁTICO MARCA DE REFERÊNCIA: EXATRON OU EQUIVALENTE TÉCNICO	20		
Total do Grupo 8				R\$

GRUPO 9:

Itens	Descrição	Quant. p/ órgão gerenciador	Valor Unitário	Valor Total p/ órgão gerenciador
73	BATERIA ALCALINA 9V, NÃO RECARREGÁVEL MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	5		
74	BATERIA DE LÍTIO METÁLICO, CR 2032 MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	10		
75	PILHA ALCALINA PALITO, AAA. MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	100		
76	PILHA ALCALINA, TAMANHO PEQUENO AA. MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	400		
77	PILHA C ALCALINA, MÉDIA (50MM DE ALTURA), LR14 MARCA DE REFERÊNCIA: DURACELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	8		
Total do Grupo 9				R\$

Grupo 10

Itens	Descrição	Quant. P/ Órgão Gerenciador	Valor Unitário	Valor Total P/ Órgão Gerenciador
78	Broca de aço Rápido, 3mm. Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	30		
79	Broca de aço rápido, 6mm. Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	20		
80	Broca de aço Rápido, 8mm. Marca de referência: Bosch ou equivalente técnico	20		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

Continuação do Grupo 10:

81	Lâmina de aço carbono para estilete profissional, 18mm, cartela com 10 unidades. Marca de referência: MTX ou equivalente técnico	20		
82	Lâmina bi-metal unique para serra tico-tico, cartela com 5 peças. Marca de referência: Starrett ou equivalente técnico	5		
83	Lâmina de serra 12". Marca de referência: Starrett ou equivalente técnico	10		
Total do grupo 10				R\$

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os quantitativos totais desta ata poderão ser utilizados gradativamente, de acordo com a demanda e a disponibilidade dos recursos orçamentários do órgão.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com fundamento no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023, é vedado efetuar acréscimos aos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços

CLÁUSULA 2ª – DO GERENCIAMENTO E DA UTILIZAÇÃO DA ARP

A Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos deste registro de preço. Sua situa-se no Setor de Autarquias Norte – SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70.040-250.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não há órgãos participantes nesta Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Será permitida adesão para órgãos pertencentes aos demais órgãos do MPU.

CLÁUSULA 3ª – DOS CADASTROS DE RESERVA

Nas contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços, será respeitada a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As licitantes que manifestaram interesse em compor o cadastro de reserva **com o preço igual ao da adjudicatária**, observada a classificação na licitação, estão relacionadas no **Anexo I desta Ata**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As licitantes que não manifestaram interesse em igualar seu preço ao do vencedor, mantendo, portanto, o valor final ofertado na fase de disputa, **integram automaticamente a listagem de cadastro de reserva** constantes no **Anexo II desta Ata**.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com fundamento no §2º do art. 18, do Decreto nº 11.462/2023, o cadastro reserva do **Anexo I desta SRP** antecede o cadastro de reserva do **Anexo II desta ARP**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO QUARTO. As licitantes que **não desejarem compor a lista de cadastro de reserva em hipótese alguma**, deverão se manifestar por *e-mail* nesse sentido, no prazo e condições dispostos no parágrafo oitavo.

PARÁGRAFO QUINTO. Com fundamento no §3º do art. 18, do Decreto nº 11.462/2023, a habilitação de licitante que compõe algum **dos cadastros de reserva acima** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitante remanescente, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou
- II. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29, do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA 4ª – DA EFICÁCIA JURÍDICA E VIGÊNCIA DA ARP

Esta ata de registro de preço, com a indicação dos fornecedores, será divulgada no PNCP e disponibilizada durante a vigência da ata de registro de preços e implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Com fundamento no art. 22, do Decreto 11.462/2023, **o prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que os preços permaneçam vantajosos.

CLÁUSULA 5ª – DA CONTRATAÇÃO POR NOTA DE EMPENHO

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por Nota de Empenho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas todas as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico, especialmente as de habilitação, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A emissão e retirada da Nota de Empenho somente poderão ocorrer durante a vigência desta Ata.

- I. A retirada da Nota de Empenho deverá ser realizada pelo representante legal da CONTRATADA, por meio da apresentação de documento de procuração pública ou particular com firma reconhecida que comprove necessários poderes.
- II. Caso a retirada da Nota de Empenho seja realizada por sócio, proprietário, dirigente ou administrador da empresa, deverá ser apresentada cópia do Estatuto ou Contrato Social no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As obrigações do órgão CONTRATANTE estão relacionadas nos **tópico 22.4 e 22.5 do Termo de Referência**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO QUARTO. As obrigações da CONTRATADA estão relacionadas nos **tópicos 22.1, 22.2 e 22.3 do Termo de Referência.**

PARÁGRAFO QUINTO. O regramento acerca da fiscalização das contratações decorrentes desta ARP está estabelecido no **Capítulo 27 do Termo de Referência.**

PARÁGRAFO SEXTO. Com fundamento no art. 117, da Lei 14.133/2021, serão designados para acompanhamento e fiscalização, a título de representantes da Procuradoria-Geral do Trabalho, servidores como fiscais titular e substituto.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, ampla ação da fiscalização contratual, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

PARÁGRAFO OITAVO. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

PARÁGRAFO NONO. A atuação ou eventual omissão da fiscalização não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 6ª – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Com fundamento no art. 25, do Decreto 11.462/2023, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d”, do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- II.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

III. Na hipótese de previsão no Edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 7ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Com fundamento no art. 26, do Decreto nº 11.462/2023, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na hipótese prevista no parágrafo anterior ou na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas para a obtenção de contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO QUARTO. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, observadas as seguintes disposições estabelecidas no art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA 8ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

- I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º, do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023;
- IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese prevista no inciso IV acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA 9ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Com fundamento no art. 29, do Decreto nº 11.462/2023, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I.** Por razão de interesse público;
- II.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III.** Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º, do art. 26 e no §4º do art. 27, do Decreto nº 11.462/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, é facultado à Administração iniciar outro processo licitatório específico para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Esta ata de registro de preços será extinta automaticamente:

- I.** Por decurso de prazo de vigência;
- II.** Quando não restarem fornecedores registrados.
- III.** Pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

CLÁUSULA 10ª – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Com fundamento no art. 31, do Decreto nº 11.462/2023, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão solicitar adesão a esta ata de registro de preços, **na condição de não-participantes**, desde que sejam observados ainda os seguintes requisitos:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

- I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e
- III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada no **prazo de 90 (noventa) dias**, observada a vigência da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do **órgão ou da entidade não-participante** aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

PARÁGRAFO QUARTO. Órgão ou entidade poderá aderir, na qualidade de **não-participante**, a item para os quais não tenha quantitativo registrado nesta ata de registro de preços, observados os requisitos previstos nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO. Serão observados os limites e vedações às adesões estabelecidos nos art. 32 e 33 do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA 11ª – DA FISCALIZAÇÃO

O regramento acerca da fiscalização da execução contratual está estabelecido no **capítulo 27 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA 12ª – DO RECEBIMENTO

A contratada/fornecedora deverá comunicar à Seção de Suprimentos da Procuradoria Geral do Trabalho, por meio dos telefones (61) 3314-8829 ou (61) 3314-8542, ou ainda, por intermédio do e-mail pgt.almoxarifado@mpt.mp.br, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, impreterivelmente, a data e o horário previsto para a entrega dos materiais;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No ato de entrega será expedido termo de recebimento ou recibo atestando a data de fornecimento e os quantitativos efetivamente fornecidos;

PARÁGRAFO SEGUNDO. Conforme art. 140 da Lei 14.133/2021, os bens e insumos serão recebidos da seguinte forma:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

II. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório;

PARÁGRAFO TERCEIRO. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da CONTRATADA, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

PARÁGRAFO QUARTO. Caso o objeto apresente defeito ou não seja compatível com as especificações solicitadas, o fornecedor deverá proceder à sua substituição/reparação no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;

PARÁGRAFO QUINTO. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações técnicas;

PARÁGRAFO SEXTO. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA;

PARÁGRAFO SÉTIMO. Nos casos em que forem constatadas inconformidades técnicas e/ou em relação à capacidade/qualidade fabril do fornecedor, a CONTRATANTE resguarda-se o direito de rejeição integral do objeto licitado;

PARÁGRAFO OITAVO. O fornecedor deverá providenciar, às suas expensas, o recolhimento do material entregue em desconformidade em até 30 (trinta) dias corridos a contar da notificação;

PARÁGRAFO NONO. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá propor a destinação do produto não aceito e eventualmente não recolhido no prazo previsto no item antecedente.

CLÁUSULA 13ª – DO PAGAMENTO

Assim que o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) for emitido pelo órgão CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal correspondente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os pagamentos serão realizados por Ordem de Fornecimento concluída, vinculada à respectiva assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

PARÁGRAFO SEGUNDO. A Nota Fiscal Eletrônica deverá estar devidamente discriminada e em nome da Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho, CNPJ nº 26.989.715/0055-03.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Nota Fiscal deverá ser protocolada em um processo distinto da contratação, exclusivamente por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço eletrônico <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>. Não será recebida NFE ou Fatura por meio de outros canais.

PARÁGRAFO QUARTO. Os pagamentos serão realizados por meio de ordem bancária, **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da data de protocolização da Nota Fiscal no sistema de protocolo eletrônico, desde que cumpridas as disposições desta Cláusula, sendo considerada a data da ordem como a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO. A fiscalização verificará a regularidade dos seguintes elementos essenciais no documento fiscal:

- I. prazo de validade do documento;
- II. data de emissão;
- III. dados da contratada e da contratante;
- IV. período de execução do contrato a que se refere;
- V. valor devido;
- VI. destaque de retenções legais, se aplicável.

PARÁGRAFO SEXTO. Erro ou irregularidade no documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será sobrestada até que a CONTRATADA promova a devida correção, reiniciando-se a contagem do prazo a partir da regularização, sem ônus à Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A CONTRATADA deverá protocolar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- II. Certidão específica quanto à inexistência de débito de Contribuições Sociais;
- III. Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria n.º 358, de 5 de setembro de 2014, do Ministério da Fazenda.
- IV. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- VI. Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando lhe couber, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

PARÁGRAFO OITAVO. Deixar de apresentar a Declaração de Opção pelo SIMPLES, quando exigível, ocasionará o desconto, no pagamento, do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430/1996.

PARÁGRAFO NONO. Qualquer atraso ocorrido, por parte da CONTRATADA, na apresentação da fatura, ou da nota fiscal ou dos documentos acima exigidos, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A liquidação da despesa ocorrerá após a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, por meio dos documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A não apresentação da documentação exigida como condição para o pagamento, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O pagamento não será efetuado à CONTRATADA, sem que isso gere direito a compensações/indenizações de qualquer natureza, se:

- I. No ato da entrega ou na aceitação do objeto contratado, este não estiver de acordo com as especificações técnicas e quantidades estipuladas;
- II. Houver pendência de obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de não manutenção das condições de habilitação estabelecidas no Edital, mas constatada a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados regularmente até que haja decisão quanto à manutenção ou rescisão do contrato, nos termos do parágrafo único, do art. 147, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. A CONTRATADA tem direito a receber o valor reajustado do serviço integralmente cumprido e entregue após a data do aniversário do reajuste ainda que a ordem de serviço tenha sido emitida anterior àquela data.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para os casos de eventuais atrasos de pagamento, a taxa de compensação financeira devida pelo MPT/PGT será calculada mediante a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

I = Índice de compensação financeira (percentual anual) assim apurado:
 $I = (6 \div 100) \div 365 \rightarrow I = 0,00016438$

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o CONTRATANTE poderá deduzir (glosar), cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidas, nos termos deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com os motivos e as justificativas e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Prevalecem as disposições desta Cláusula sobre aquelas de mesma temática contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 14ª – DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O regramento acerca das sanções e dos recursos administrativos no âmbito das contratações decorrentes desta ARP está estabelecido no **Capítulo 27 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº/2026/PGT/MPT**.

CLÁUSULA 15ª – DOS REQUISITOS PARA PROTEÇÃO DE DADOS

Os requisitos para a proteção de dados da Contratante e da Contratada, bem como dos pessoas físicas envolvidas na contratação, estão estabelecidas no capítulo 25 do Termo de Referência.

CLÁUSULA 16ª – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na prestação dos serviços, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e portaria nº 564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATADA deverá apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre A, CECNC, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.040-250
Telefones: (61) 3314-8906; 8866; 8760; 8078 – e-mail: pgt.pregao@mpt.mp.br

CLÁUSULA 17ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente instrumento: os anexos I e II, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº...../2026/PGT/MPT e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) adjudicatárias no certame licitatório.

- I.** Razão Social da empresa 1, CNPJ, adjudicatária do item/grupo ...;
- II.** Razão Social da empresa ..., CNPJ, adjudicatária do item/grupo ...;
- III.** Razão Social da empresa ..., CNPJ, adjudicatária do item/grupo ...;

CLÁUSULA 18ª – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ata.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

Brasília-DF, de de 2026

Diretora de Administração

Representante da Empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Geral do Trabalho

Diretoria-Geral

SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70040-250

Tel. (61) 3314-8500 - portal.mpt.mp.br - pgd.dg@mpt.mp.br



#Chega de Trabalho Infantil

INSTRUÇÃO NORMATIVA DG Nº 2.2024

Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, normas complementares para assegurar a aplicação da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, fixando a dosimetria nos procedimentos de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar com a União e a Declaração de Inidoneidade.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 92 da Portaria PGT/MPT nº 1.314, de 22 de agosto de 2017, consolidada pela Portaria PGT/MPT nº 1.304, de 31 de agosto de 2020, publicada no BS-Especial 9-B, de 01 de setembro de 2020, e alterações posteriores; e considerando o disposto no art. 84 da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, que estabelece que os ramos do MPU e a ESMPU devem editar normas complementares para assegurar a sua aplicação, fixando a dosimetria para aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar com a União e a Declaração de Inidoneidade, **RESOLVE**:

Art. 1º A dosimetria das sanções deve observar as diretrizes gerais estabelecidas nos arts. 25 e seguintes da Portaria PGR nº 178, de 2023, e art. 156, §1º, da Lei 14.133, de 2021, devendo os editais, avisos de contratações diretas e os contratos do Ministério Público do Trabalho delimitarem percentuais de multa, critérios de aferição temporal para inexecução e mora de acordo com a especificidade do objeto e com o estabelecido pela área demandante no termo de referência.

Parágrafo único. A análise de riscos de cada contratação deverá ser considerada para a inclusão de cláusulas que agravam a penalidade, nos editais e nos contratos, quando o risco decorrer de possível conduta do infrator, mantendo a proporcionalidade entre o nível de gravidade e a probabilidade do risco e o agravamento da sanção proposta.

Art. 2º A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União deve ser aplicada de acordo com os prazos a seguir estabelecidos, quando não se justificar a imposição da declaração de inidoneidade ao licitante ou contratado que praticar as condutas lesivas na forma abaixo:

Inciso	Conduta Lesiva	Prazo do Impedimento de licitar e contratar com a União (Pena Base)
I	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	12 meses
II	dar causa à inexecução total do contrato	18 meses
III	deixar de entregar a documentação exigida para o certame	4 meses
IV	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	12 meses
V	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	12 meses
VI	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	6 meses

§ 1º Considera-se dar causa à inexecução, além da conduta dolosa, o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, total ou parcial.

§ 2º Considera-se não manutenção da proposta:

- I - a ausência do envio da documentação solicitada pelo condutor do certame, via anexo do sistema eletrônico ou qualquer outro meio;
- II - recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível;
- III - deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital;
- IV - deixar de entregar o pedido da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- V – Outras situações que possam ser equiparadas às condutas acima mencionadas.

§3º O contrato não é celebrado quando o fornecedor desiste de assinar o contrato, o termo aditivo, a ata de registro de preços ou de retirar a nota de empenho quando notificado pela administração, salvo em situações que a legislação autorize.

§4º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

§5º A sanção prevista neste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

Art. 3º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impede o responsável pelas infrações administrativas de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

Inciso	Conduta Lesiva	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Pena base)
I	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	48 meses
II	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	54 meses
III	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	54 meses
IV	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	54 meses
V	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	60 meses

§1º Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º Consideram-se inidôneas as condutas descritas nos arts. 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º A sanção estabelecida neste artigo será precedida de análise jurídica.

§4º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

§5º A sanção disposta neste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos I, II, III, IV e V](#), bem como pelas infrações administrativas constantes nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 3º, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no art. 3º, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

- I – causam atrasos, interrupções ou prejuízos à eficiente prestação do serviço de algum setor ou unidade do MPT;
- II – redundam em necessidade de refazer procedimento licitatório ou atrasá-lo;
- III – possam causar riscos à saúde e à vida dos membros, servidores, terceirizados ou estagiários do MPT;
- IV – coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do MPT;
- V – prejudiquem, atrasem ou interrompam o exercício da atividade finalística dos membros do MPU;
- VI – envolvam licitações ou contratos cujos custos, em termos financeiros ou materiais ou de logística e tempo, para a substituição do fornecedor, sejam de considerável monta;
- VII – envolvam licitações ou contratos que, pela natureza do objeto, não podem ser facilmente substituídos por outros fornecedores;
- VIII – envolvam licitações ou contratos que atendam diretamente a atividade de apoio material e segurança do MPT;
- IX – envolvam licitações ou contratos com valores relevantes, assim considerados os superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com agravamento progressivo a cada duplicação do valor;
- X - restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- XI - o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- XII - restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e
- XIII - a contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

Art. 5º São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

- I – a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;
- II - o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;

- III - a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;
- IV - a busca por reparar os danos de forma espontânea;
- V - a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;
- VI – a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;
- VII – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e
- VIII - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

Parágrafo único. As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente nesta Instrução Normativa não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

Art. 6º A penalidade prevista no inciso III do art 3º poderá ser afastada quando tenha ocorrido a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente:

- I - a ausência de dolo na conduta;
- II - que a documentação entregue esteja correta e adequada ao que foi solicitado;
- III - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- IV - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;
- V - que a penalidade esteja estabelecida em prazo não superior a 3 (tres) meses; e
- VI - que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 7º Aplica-se aos casos omissos o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2/2019, que dispõe sobre a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, no âmbito da

Procuradoria-Geral do Trabalho, os procedimentos licitatórios e de contratação realizados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

(assinatura digital)

GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA

Subprocurador-Geral do Trabalho

Diretor Geral do MPT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 178, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023

Alterada pela [Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023](#)

Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 26, inciso XIII, da [Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993](#), tendo em vista o disposto na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.025874/2022-38, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União - MPU e da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU.

Art. 2º Aplicam-se os princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da culpabilidade, da legalidade, da proporcionalidade e da motivação aos procedimentos e processos regidos por esta Portaria, sem prejuízo dos princípios gerais de Direito Administrativo Sancionador que não forem incompatíveis com o presente regramento.

Art. 3º As infrações administrativas apuradas pelo processo definido na presente Portaria são exclusivamente aquelas definidas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, considera-se:

I – acusado: o licitante ou contratado no âmbito do processo sumário ou de responsabilização;

II – infrator: licitante ou contratado quando pratica infração administrativa prevista na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

III – contrato: para os fins deste regulamento inclui carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

IV – servidor responsável: servidor designado para conduzir apuração no caso exclusivo de pena de advertência ou multa;

V – processo sumário: processo para aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória;

VI – processo de responsabilização: processo de apuração de responsabilidade para a qual se comina sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

VII – procedimento preliminar: formalização de atos encadeados, para a coleta de indícios e formação de juízo de instauração do processo ou arquivamento;

VIII - reincidência genérica: a prática de infração administrativa do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), após a imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação; e

IX - reincidência específica: a prática de infração administrativa do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), após a imposição de sanção por igual infração administrativa, ainda que prevista em outras leis de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação.

Art. 4º A infração administrativa exige conduta voluntária, dolosa ou culposa.

§ 1º Do licitante ou contratado é exigido dever de cuidado e atenção acima da média comum, em razão da decisão voluntária de aderir ao certame e celebrar contrato administrativo.

§ 2º O infrator que demonstrar que adotou todas as cautelas para certificar-se que sua conduta era lícita, tendo agido em erro escusável, por circunstâncias excepcionais e alheias a sua vontade, não responde por infração administrativa da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 3º O dolo ou culpa da pessoa jurídica se manifesta através da conduta de seus administradores, sócios, empregados ou prepostos.

§ 4º Quando impossível identificar a pessoa física responsável pela deliberação e determinação da prática da conduta ilícita, a culpabilidade da pessoa jurídica decorre da análise do conjunto de condutas concatenadas e voltadas à prática da infração, que almeja seu benefício, direto ou indireto, ou de terceiro.

Art. 5º A competência para imposição das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública serão das autoridades definidas nos regimentos internos dos ramos do MPU e da ESMPU.

Parágrafo único. A competência para impor a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será do Secretário-Geral, no âmbito do Ministério Público Federal - MPF, dos Procuradores-Gerais, no âmbito dos demais ramos do MPU, e do Diretor-Geral, no caso da ESMPU.

Art. 6º Os instrumentos convocatórios e contratos deverão fazer menção a esta Portaria e seus critérios de dosimetria da sanção.

Art. 7º Os contratos deverão estabelecer os direitos, as responsabilidades das partes, as infrações administrativas e suas sanções, bem como os critérios para sua dosimetria, além das penalidades contratuais cabíveis, com seus percentuais e base de cálculo.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 8º As infrações administrativas estão taxativamente elencadas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 9º Quando a mesma conduta resultar em infração à [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), e à [Lei nº 14.133, de 2021](#), as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 10. As infrações administrativas somente são punidas quando consumadas.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Da Advertência

Art. 11. A advertência deverá ser aplicada somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único. As determinações do fiscal do contrato previstas no exercício das atribuições do art. 117, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), não configuram a sanção de advertência.

Seção II

Da Multa Sancionatória

Art. 12. A multa decorrente das infrações administrativas previstas no art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), é denominada multa sancionatória e poderá ser aplicada ao infrator de forma isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções da lei.

Art. 13. O edital e o contrato deverão prever que as multas sancionatórias serão graduadas conforme os critérios previstos nesta Portaria, sem prejuízo da indicação de valores ou percentuais no instrumento convocatório ou contratual.

Parágrafo único. O limite mínimo da multa sancionatória é de 0,5% (cinco décimos por cento) e o máximo é de 30% (trinta por cento), cuja base de cálculo consiste:

I - no valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, para os contratados; e

II - no orçamento estimado da licitação, para os licitantes.

~~Art. 14. No caso das infrações previstas no art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contrato deverá estabelecer qualquer um dos seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, que incidirão sobre o valor do contrato:~~

Art. 14. No caso das infrações previstas no art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contrato deverá estabelecer qualquer um dos seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, que incidirão sobre o valor do contrato: [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

I - percentual fixo;

II - percentual variável, dentro do parâmetro no qual definido um limite mínimo e máximo de percentual; e

III – percentual fixo, com a possibilidade de majoração até um limite, a depender de circunstâncias agravantes previstas no contrato.

§ 1º A escolha dos critérios deverá considerar a proteção do interesse público e as práticas de mercado do respectivo setor de contratação.

§ 2º O critério de fixação da multa prevista para a infração do art. 155, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá permitir sanção superior à fixada para o caso de simples inexecução parcial.

Art. 15. A indicação de valores ou percentuais de multas sancionatórias para as demais infrações administrativas do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá ser motivada.

~~Art. 16. No caso das infrações do art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), os limites definidos no instrumento convocatório e no contrato não poderão ser ultrapassados na dosimetria da sanção.~~

Art. 16. No caso das infrações do art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), os limites definidos no instrumento convocatório e no contrato não poderão ser ultrapassados na dosimetria da sanção. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

§ 1º No caso das demais infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o instrumento convocatório e o contrato deverão indicar expressamente se os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos nesta Portaria.

§ 2º Havendo necessidade de adequar a sanção de multa à culpabilidade, ao dano, à gravidade concreta da infração e a outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, para respeitar a regra do caput e garantir a proporcionalidade, a autoridade deverá:

I – majorar ou reduzir o prazo de impedimento para licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicado em conjunto com a multa sancionatória; e

II – motivar a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando for o caso de decidir entre essa sanção e o impedimento de licitar e contratar.

Seção III

Do impedimento de licitar e contratar

Art. 17. A sanção de impedimento de licitar e contratar deverá ser aplicada na forma do art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 18. A dosimetria do prazo de impedimento de licitar e contratar será feita na forma desta Portaria.

Seção IV

Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Art. 19. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas na forma do art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 20. Na dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão considerados os elementos desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DAS DEMAIS PENALIDADES CONTRATUAIS

Art. 21. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, e corresponderá ao percentual a ser estabelecido nos referidos instrumentos, podendo variar entre de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).

§ 1º Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:

I - alteração do projeto ou especificações pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela [Lei nº 14.133, de 2021](#);

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área técnica interessada, restará configurada inexecução contratual.

~~§ 3º O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas passa a ser considerado inexecução parcial do contrato.~~

§ 3º O contrato definirá o prazo a partir do qual a mora das obrigações secundárias assumidas passa a ser considerado inexecução parcial do contrato. [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

§ 4º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato e aplique outras sanções contratuais e legais.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

§ 6º O contrato deve estabelecer o prazo a partir do qual a mora da obrigação principal configura a infração do art. 155, VII, da [Lei 14.133, de 2021](#). [\(Incluído pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

Art. 22. O contrato de serviços com regime de dedicação de mão de obra deverá prever multa para o descumprimento do dever de comprovação do cumprimento das obrigações

trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, na forma do art. 50 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º A multa será graduada em percentual sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não foram feitas, incidindo em cada mês de referência, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) e nem superior a 20% (vinte por cento).

§ 2º O valor total das multas aplicadas neste artigo não podem ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Art. 23. O estabelecimento de quaisquer outras multas contratuais deverá ser sempre em valor fixo ou percentual fixo, previsto no edital e no contrato.

~~Parágrafo único. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações do art. 155, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).~~

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações contratuais apenadas com multas não afasta a possibilidade da consumação das infrações do art. 155, I, II, III e VII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#). (Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023)

Art. 24. A aplicação de qualquer multa contratual será precedida de devido processo legal, por meio de procedimento sumário a ser decidido em cada ramo do MPU e da ESMPU, quando não for processada e aplicada em conjunto com infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CAPÍTULO V

DA DOSIMETRIA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 25. Verificada a infração administrativa, a autoridade é obrigada a apurar e, caso comprovada a responsabilidade em devido processo legal, aplicar a sanção cominada em lei.

Parágrafo único. Na aplicação das sanções administrativas a autoridade deverá se pautar pela proporcionalidade e pela vedação do excesso.

Art. 26. São critérios para a dosimetria da penalidade os elencados no art. 156, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e estabelecidos nesta Portaria.

Art. 27. No caso de concurso de infrações aplicam-se as sanções de forma cumulada, sendo vedado o uso de institutos penais de concurso de crimes e continuação delitiva.

§ 1º É vedada a remissão a agravantes, atenuantes, causas de aumento e de diminuição da pena criminal na dosimetria administrativa da sanção.

§ 2º A vedação de aplicação dos institutos penais não impede que a autoridade fundamente a dosimetria em critérios iguais ou semelhantes a agravantes ou atenuantes penais,

quando cabíveis ao caso concreto.

Art. 28. Cada edital ou contrato poderá prever circunstâncias que denotam maior reprovabilidade da conduta, considerando a natureza do objeto da licitação ou do contrato, sua essencialidade às atividades do MPU e da ESMPU e os riscos à saúde, segurança e à vida envolvidos.

Parágrafo único. A análise de riscos de cada contratação deverá ser considerada para a inclusão de cláusulas que agravam a penalidade, nos editais e nos contratos, quando o risco decorrer de possível conduta do infrator, mantendo a proporcionalidade entre o nível de gravidade e a probabilidade do risco e o agravamento da sanção proposto.

Art. 29. Os editais ou contratos cujo objeto atenda diretamente a atividade finalística do MPU e da ESMPU deverão prever sanções mais graves, especialmente para casos de inexecução parcial ou total.

Art. 30. Os contratos cujo o objeto tenha alto custo de desmobilização, tanto no aspecto financeiro quanto no aspecto de tempo, logística, impacto em outros contratos conexos e trabalho, para fins de alteração do fornecedor, terão previsão de agravamento das sanções.

Art. 31. A imposição de sanção por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, antes da prática da conduta, deverá ser considerado reincidência, aplicável na segunda fase.

§ 1º Considera-se antecedente a sanção imposta por infração administrativa de qualquer lei de licitação ou contrato, imposta por qualquer outro ente público ou da Administração Indireta, de qualquer dos Poderes de qualquer esfera da federação, que não configure reincidência.

§ 2º Punições extintas há mais de 5 (cinco) anos da prática do ato sob julgamento não poderão ser consideradas agravantes.

§ 3º A reincidência específica é agravante com maior peso do que a reincidência genérica.

§ 4º No caso de culpa, seja na sanção antecedente ou no caso em julgamento, a imposição de penalidade anterior poderá agravar a pena.

Art. 32. A dosimetria da sanção será feita em três fases, de forma devidamente motivada.

Art. 33. Na primeira fase de dosimetria, serão considerados a natureza e gravidade da infração e a culpabilidade do infrator.

§ 1º A natureza e gravidade da infração têm relação direta com a conduta ilícita praticada, considerando a graduação progressiva de lesividade aquela utilizada pela [Lei nº 14.133](#).

[de 2021](#), tendo no grau mínimo a infração do art. 155, I, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no grau máximo a prática de ato lesivo previsto na [Lei nº 12.846, de 2013](#).

§ 2º A culpabilidade é avaliada considerando os seguintes aspectos:

I – se conduta foi dolosa, culposa ou decorrente de erro inescusável;

II - as condições que o infrator tinha de conhecer o ilícito; e

III – as condições que o infrator tinha de comportar-se conforme a lei.

§ 3º Quanto maior a capacidade econômica do infrator, maior a capacidade de agir conforme a lei, salvo prova em contrário do caso concreto.

§ 4º Quanto maior o número de contratos celebrados com a Administração Pública de quaisquer entes federados, maior as condições do infrator de conhecer o ilícito e evitar erros, salvo prova em contrário.

§ 5º Os critérios da primeira fase devem resultar em uma sanção preliminar entre os seguintes parâmetros:

I – no caso de multa, entre 3% (três por cento) e 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou do orçamento estimado;

II – no caso de impedimento de licitar e contratar, entre 3 (três) e 18 (dezoito) meses; e

III – no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, entre 42 (quarenta e dois) e 60 (sessenta) meses.

§ 6º No caso de multa com previsão de limites próprios no contrato, eles devem ser observados para a fixação da pena preliminar, mantendo a proporção do inciso I.

Art. 34. Na segunda fase serão considerados:

I – peculiaridades do caso concreto;

II – circunstâncias agravantes;

III – circunstâncias atenuantes; e

IV – danos causados ao MPU e à ESMPU.

§ 1º Na segunda fase haverá acréscimos ou decréscimos, em termos fracionários, sobre a sanção preliminar da primeira fase.

§ 2º Nenhuma circunstância pode ser avaliada em duplicidade, em mais de uma fase ou na mesma fase.

Art. 35. As circunstâncias agravantes são, além daquelas previstas no edital ou no contrato, outras que ensejam maior reprovação da conduta, especialmente aquelas que:

I – causam atrasos, interrupções ou prejuízos à eficiente prestação do serviço de algum setor ou unidade do MPU ou da ESMPU;

II – redundam em necessidade de refazer procedimento licitatório ou atrasá-lo;

III – possam causar riscos à saúde e à vida dos membros, servidores, terceirizados ou estagiários do MPU ou da ESMPU;

IV – coloquem em risco o sigilo das informações e dos dados do MPU ou da ESMPU;

V – prejudiquem, atrasem ou interrompam o exercício da atividade finalística dos membros do MPU;

VI – envolvam licitações ou contratos cujos custos, em termos financeiros ou materiais ou de logística e tempo, para a substituição do fornecedor, sejam de considerável monta;

VII – envolvam licitações ou contratos que, pela natureza do objeto, não podem ser facilmente substituídos por outros fornecedores;

VIII – envolvam licitações ou contratos que atendam diretamente a atividade de apoio material e segurança dos Procuradores-Gerais dos ramos do MPU;

IX – envolvam licitações ou contratos com valores relevantes, assim considerados os superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com agravamento progressivo a cada duplicação do valor;

X - restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital quando manifesta a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

XI - o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

XII - restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; e

XIII - a contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações e notificações.

Art. 36. São circunstâncias que atenuam a sanção todas aquelas de natureza relevante, que indicam redução da culpabilidade, dos danos ou da lesão aos princípios da licitação, especialmente:

I – a primariedade, assim entendida como ausência de imposição de sanção por infrações às leis de licitações e contratos, por qualquer ente público ou da Administração Indireta, de qualquer ente federado;

II - o comportamento do infrator no sentido de evitar a infração ou minorar suas consequências;

III - a contribuição com a Administração no esclarecimento da verdade;

IV - a busca por reparar os danos de forma espontânea;

V - a existência de fatos fortuitos ou de força maior, ou comportamentos de terceiros, que contribuíram para a infração;

VI – a existência de atos de terceiros que levaram a erro o agente ou diminuíram seu espectro de possibilidade de ação conforme a lei;

VII – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade; e

VIII - a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído ou que não sejam de fácil identificação.

Art. 37. A autoridade competente deverá considerar a relevância de cada circunstância dentro do contexto da licitação ou do contrato, para graduar o quanto deve ser acrescida ou reduzida a sanção estabelecida na primeira fase.

§ 1º As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas na licitação ou no contrato podem determinar percentuais específicos de acréscimo ou decréscimo sobre a sanção estabelecida na primeira fase.

§ 2º As circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas exclusivamente nesta Portaria não poderão redundar, individualmente consideradas, em acréscimo ou redução da sanção estabelecida na primeira fase em percentuais inferiores a 1/10 (um décimo) e nem superiores a 1/3 (um terço).

Art. 38. A terceira fase de aplicação da pena visa fazer a adequação da sanção, estabelecida segundo o procedimento das duas fases anteriores, aos limites estabelecidos no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo único. Na terceira fase a sanção pode ser adequada à proporcionalidade, com acréscimo ou decréscimo, considerando o impacto de outras sanções aplicadas conjuntamente.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS

Seção I

~~Da Instauração~~

Do Procedimento Preliminar [\(Redação dada pela Portaria PGR/MPU nº 204, de 27 de setembro de 2023\)](#)

Art. 39. Constatada ocorrência passível de responsabilização por infração administrativa, no âmbito do processo licitatório ou do contrato, o agente de contratação, a comissão de contratação, o pregoeiro ou fiscal do contrato deverá notificar o licitante ou contratado

do ocorrido e requerer providências e justificativas para o saneamento prévio à solicitação de instauração do procedimento preliminar visando a imposição de sanções.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento pela natureza da infração ou circunstâncias do caso, a instauração poderá ser solicitada ao setor competente independentemente de notificação prévia.

Art. 40. Ao solicitar a instauração de procedimento preliminar, o agente de contratação, a comissão de contratação, o pregoeiro ou fiscal do contrato deverá relatar detalhadamente o ocorrido ao setor competente, com a indicação das comunicações e cobranças efetuadas ao licitante ou contratado e as circunstâncias, a menção às respostas e providências adotadas, e demais documentos comprobatórios.

§ 1º O relatório de que trata o caput deste artigo, sempre que possível, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - identificação dos autos do processo administrativo de licitação, de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

II - cópia:

a) do edital de licitação e seus anexos, do contrato ou de outro instrumento que confirme a relação com o licitante ou contratado;

b) da nota de empenho e da confirmação de sua entrega à contratada quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento;

c) das manifestações expedidas pelos servidores e unidades administrativas responsáveis pelo acompanhamento, pela condução e pela fiscalização da licitação ou do objeto contratado;

d) dos termos de recebimento do objeto e dos comprovantes da entrega e laudo técnico de avaliação do produto;

e) de eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitados pela contratada e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;

f) dos comunicados emitidos pelo gestor do contrato;

g) do expediente emitido pela unidade administrativa responsável pela execução orçamentária e financeira do contrato que informa a realização de glosas nos pagamentos efetuados;

h) dos ofícios e e-mails de comunicação ou notificação ao licitante e contratado acerca do descumprimento contratual, das cláusulas contratuais infringidas e da abertura de prazo para apresentação de defesa prévia ou recurso; e

i) apólice ou garantia contratual, se for o caso

III – todos os indícios disponíveis sobre a infração; e

IV - valor das parcelas inadimplidas, quando for o caso.

Art. 41. Quando a infração administrativa chegar ao conhecimento dos servidores públicos do MPU ou da ESMPU por meio de representação, denúncia anônima ou comunicação oficial de investigação de outro órgão público, ela será direcionada ao setor competente para análise e elaboração do relatório, na forma do art. 42.

Seção II

Da instauração

Art. 42. Ao receber a notificação da ocorrência passível de responsabilização, o setor competente analisará o procedimento preliminar e seus elementos, elaborando relatório, com sugestão de instauração de processo sumário ou de apuração de responsabilidade ou o arquivamento da notificação.

§ 1º Caso seja observada a ausência de informação ou indício relevante, o setor competente avaliará a pertinência de devolver o procedimento preliminar à área responsável para saneamento, antes de formular o relatório.

§ 2º No caso de representação ou denúncia anônima que não contenham elementos suficientes para avaliação, será realizado procedimento prévio de investigação para obter indícios aptos a embasar o relatório.

Art. 43. A autoridade competente receberá o procedimento preliminar e decidirá, a partir do relatório de que trata o art. 42, pela abertura de processo sumário ou de responsabilização ou arquivamento da notificação.

§ 1º O arquivamento da notificação somente será possível em caso de inexistência de indícios mínimos da infração legal ou contratual ou de inexistência de indícios de autoria e participação na infração.

§ 2º A decisão de abertura do processo sumário ou de responsabilização deverá apresentar relatório indicando os fatos e os indícios que fundamentam a decisão, bem como classificando a conduta em uma das infrações do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 3º Caso a autoridade competente verifique que a classificação da infração se enquadra no art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), encaminhará os autos à autoridade competente prevista na [Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023](#), para proceder ao processo administrativo de apuração de responsabilidade na forma da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 44. Determinada a abertura de processo pela autoridade competente, o acusado deverá ser notificado, por meio de ofício, para apresentação de defesa preliminar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º Previamente à notificação, o servidor responsável ou a comissão poderá providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução de processo de responsabilização.

§ 2º A notificação do caput deverá conter:

I - identificação do acusado e da autoridade competente que instaurou o processo;

II - finalidade da notificação, abertura de prazo para defesa preliminar e dispositivos legais que a fundamentem;

III – cópia da decisão de instauração do processo;

IV - informação da continuidade do processo independentemente da manifestação do acusado;

V - informação sobre o acesso aos autos e sobre o local ou meio para protocolo de defesa ou manifestação; e

VI - outras informações consideradas pertinentes.

§ 3º A notificação deverá indicar que o processo tramitará de forma eletrônica e seguirá os trâmites desta Portaria.

§ 4º As notificações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente eletrônicas, por meio do e-mail informado pelo acusado quando do ingresso no certame ou a contratação.

§ 5º Não havendo resposta em até 2 (dois) dias úteis, ou na impossibilidade de confirmação da ciência do e-mail, a notificação deverá ser encaminhada pelos Correios com aviso de recebimento (AR).

§ 6º Caso frustrada a tentativa de notificação na forma dos parágrafos anteriores, deverá se proceder à publicação por meio de edital publicado no Diário Oficial uma vez e no sítio eletrônico do ramo do MPU e da ESMPU, por 3 (três) vezes, com intervalo mínimo de 7 (sete) dias entre as publicações, hipótese em que o prazo para apresentação de defesa preliminar será contado a partir da última data de publicação do edital.

§ 7º Os comprovantes de notificação deverão ser anexados ao processo de responsabilização, com a devida certificação de juntada.

§ 8º A defesa apresentada deverá ser juntada ao processo de responsabilização, seguida de certidão referente à tempestividade.

§ 9º A empresa prestadora de garantia contratual deverá ser notificada da abertura do processo administrativo e da possibilidade de ser acionada em eventual aplicação de penalidade de multa.

Art. 45. Na defesa preliminar o acusado deverá apresentar toda a defesa de fato e de direito a seu favor, analisando os indícios que constam dos autos e requerer a produção de provas que entender necessárias.

Seção III

Do Procedimento Sumário

Art. 46. Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo seguirá conforme art. 57 e seguintes.

Art. 47. Tendo havido a produção de provas requeridas pelo acusado, ou produzidas de ofício, o servidor responsável pela condução do processo sumário intimará o acusado para apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 1º Apresentada a defesa ou decorrido o prazo, o processo seguirá conforme art. 57 e seguintes.

§ 2º Em qualquer caso, o servidor responsável pode sugerir classificação da conduta diversa, cabendo a decisão à autoridade competente.

§ 3º Quando a produção de provas consistir em juntada de documentos exclusivamente pelo acusado não cabe a apresentação de alegações finais.

Seção IV

Do Processo de Responsabilização

Art. 48. Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções previstas no art. 156, III e IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis.

§ 1º Dentre os integrantes da comissão um será designado presidente e outro fará a função de secretariado da comissão.

§ 2º Todos participarão dos atos instrutórios e decisórios, podendo registrar voto divergente quando for vencido.

Art. 49. Encerrada a instrução do processo de responsabilização nas hipóteses do art. 155, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a comissão:

I - intimará o acusado para apresentação de alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou

II - quando considerar possível a alteração da classificação da infração em decorrência de fatos provados no curso da instrução, intimará o acusado para, querendo, requerer a produção de prova complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que será decidida pela comissão sob o aspecto de sua pertinência e necessidade.

§ 1º Produzida a prova complementar, a comissão declarará encerrada a instrução complementar e intimará o acusado para apresentação de alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º Apresentadas as alegações finais, ou decorrido o prazo para apresentá-las, a comissão elaborará relatório conclusivo, podendo manter ou alterar a classificação da infração.

§ 3º A comissão pode sugerir classificação da conduta diversa, cabendo a decisão à autoridade competente.

Seção V

Da Instrução

Art. 50. Na defesa, e até o fim da instrução, o acusado pode juntar quaisquer documentos que sirvam a provar os fatos que alega.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas, sua realização será feita com plena participação do acusado, salvo na hipótese que o sigilo é essencial à eficácia da medida.

§ 2º Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada do servidor responsável ou da comissão, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A produção das provas far-se-á na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com uso subsidiário das formas do Código de Processo Penal.

Art. 51. Quando a prova de elemento essencial à tipificação da infração, materialidade, autoria ou elemento circunstancial relevante para a dosimetria da sanção houver sido produzida perante juízo criminal, cível ou em ação de improbidade administrativa, o servidor responsável ou a comissão solicitará o seu compartilhamento.

§ 1º Nos casos de inquérito policial ou de ação penal perante a Justiça Federal, o pedido de compartilhamento será dirigido ao membro do MPF para o qual distribuído o processo ou a investigação.

§ 2º Nos casos de ação civil, tanto para imposição de penalidades da [Lei nº 12.846, de 2013](#), quanto nos casos de improbidade administrativa, promovida pelo MPF, o pedido de compartilhamento será dirigido ao membro titular da ação.

§ 3º Em todos os demais casos, o pedido será dirigido à Advocacia-Geral da União, para requerer o compartilhamento perante o juízo onde produzida a prova.

Art. 52. A prova compartilhada será juntada aos autos durante a instrução, para submissão ao contraditório, ainda que no processo judicial onde produzida o acusado seja parte.

Art. 53. Quando a prova de elemento essencial à tipificação da infração, materialidade ou autoria somente for possível de ser produzida com autorização judicial, o servidor responsável ou a comissão solicitará à Advocacia-Geral da União que requeira sua produção em juízo.

§ 1º Em nenhuma hipótese se aplicará o disposto neste artigo para fins de obtenção de prova acerca de circunstâncias relevantes somente para a dosimetria da sanção.

§ 2º Se a prova a ser produzida na forma do caput for essencial à própria decisão de instauração do processo administrativo, ela será solicitada pela autoridade competente ainda na fase do procedimento.

Art. 54. O pedido de prova do artigo anterior tem natureza cautelar e poderá ser feito em processo sigiloso, quando a publicidade ou ciência do licitante ou contratado possam prejudicar a eficácia da medida.

Parágrafo único. O sigilo do processo cautelar visa assegurar sua eficácia, razão pela qual não deve tramitar em apenso ao procedimento ou processo principal e nem a ele ser feita qualquer referência nos autos principais até a sua conclusão e juntada.

Art. 55. Quando a infração administrativa puder configurar crime, improbidade administrativa ou ilícito da [Lei nº 12.846, de 2013](#), antes da instauração do processo, ou durante sua instrução, poderá ser encaminhada representação para o Ofício do MPF competente para tomar ciência dos fatos e decidir sobre a instauração de investigação, criminal ou civil, ou propositura de ação, civil ou penal.

§ 1º No caso do caput, o procedimento ou processo poderá ser suspenso para aguardar a produção de provas, na investigação ou na ação, que possam ser úteis ou imprescindíveis à demonstração de elemento essencial à configuração da infração.

§ 2º A suspensão será revogada tão logo a prova que interessa à elucidação dos fatos seja produzida e juntada aos autos, independente do juízo sobre tipicidade, improbidade ou legalidade a ser exercido pelo membro do MPF no respectivo feito.

§ 3º Produzida a prova, será solicitado o seu compartilhamento, na forma definida no art. 51.

Art. 56. A juntada de documentos é lícita a qualquer momento até o encerramento da instrução.

Parágrafo único. A instrução se encerra quando o último ato de produção de prova é realizado e o servidor responsável ou a comissão declara-a encerrada.

Seção VI

Da conclusão e julgamento

Art. 57. O relatório conclusivo do servidor responsável ou da comissão deverá conter:

I - relatório dos fatos e incidentes;

II – análise das provas produzidas e dos argumentos da defesa do acusado, quando houver;

III – fundamentação das conclusões sobre a tipicidade, responsabilidade e autoria;

IV – classificação das infrações cometidas pelo interessado e as sanções sugeridas, com os fundamentos de sua dosimetria;

V - no caso de aplicação de multa de mora ou qualquer outra multa contratual, o valor em percentual e em pecúnia com a memória de cálculo; e

VI – as condições para reabilitação, se for o caso.

§ 1º Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

§ 2º Caso o servidor responsável ou a comissão entendam que a conduta pode se enquadrar na infração do art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), apresentará relatório conclusivo sucinto, indicando as provas e fundamentos para respaldar a classificação na referida infração e encaminhará para a autoridade competente com sugestão de apuração na forma da [Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023](#).

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o relatório conclusivo não emitirá juízo sobre eventuais infrações administrativas do art. 155 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que sejam conexas às da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

Art. 58. A autoridade competente decidirá por ato fundamentado, acolhendo ou rejeitando a conclusão do relatório produzido na forma do artigo anterior.

§ 1º No caso de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, antes de decidir a autoridade competente encaminhará à assessoria jurídica para elaboração de parecer.

§ 2º Caso o processo tenha sido conduzido por servidor responsável e a autoridade competente desclassifique a infração para outra cuja sanção cominada seja penalidade de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, ela anulará os atos decisórios posteriores ao deferimento da instauração do processo e determinará a instauração de processo de responsabilização, nomeando a comissão, que avaliará o aproveitamento dos atos instrutórios antes de intimar o interessado para a defesa preliminar.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o acusado será notificado para defesa preliminar e o processo de responsabilização seguirá o trâmite do artigo 45 e seguintes.

§ 4º Caso a autoridade competente aceite a classificação proposta no relatório conclusivo sobre a infração ao art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), fará análise superficial das provas e encaminhará para a autoridade administrativa competente para processar e julgar conforme a [Lei nº 12.846, de 2013](#).

§ 5º No caso do parágrafo anterior, a autoridade competente somente poderá rejeitar a sugestão quando manifestamente ausente elementos mínimos de materialidade e tipicidade.

§ 6º No caso do § 4º, havendo infrações conexas com a infração do art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a autoridade competente sobre elas não se manifestará, cabendo seu processo e julgamento na forma da Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023.

§ 7º Caso a autoridade competente rejeite a classificação proposta no relatório conclusivo sobre o enquadramento da infração no art. 155, XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), fundamentará sua decisão e devolverá ao servidor responsável para elaboração do relatório conclusivo vinculado à classificação que definir.

CAPÍTULO VII DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 59. A autoridade competente poderá, mediante despacho fundamentado, a partir de pedido do responsável ou da comissão, suspender o procedimento ou o processo quando:

- I – solicitar o compartilhamento de provas na forma do art. 51;
- II – for necessário aguardar a produção da prova judicial, na forma do art. 53; e
- III – representar ao MPF, na forma do art. 55;

Art. 60. A autoridade competente poderá também, mediante despacho fundamentado, suspender o processo de responsabilização, antes de aplicar a sanção, para que se proceda à análise da qualidade e eficácia das medidas de aprimoramento ou implantação do programa de integridade do licitante ou contratado.

Art. 61. A autoridade competente poderá suspender o processo ou a execução quando for instaurado o incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

Art. 62. A suspensão do processo e da execução será revogada quando atingido o prazo de 2 (dois) anos para a consumação da prescrição.

§ 1º A suspensão do procedimento antes da decisão de instauração será revogada quando atingido o prazo de 2 (dois) anos para a consumação da prescrição, no caso de processo sumário, e de 1 (um) ano, no caso de processo de responsabilização.

§ 2º No caso do artigo anterior, a revogação da suspensão não prejudicará a continuidade e conclusão do incidente.

§ 3º Revogada a suspensão, os atos de instauração, instrução ou julgamento, conforme o caso, deverão ser feitos com os indícios disponíveis e provas produzidas no próprio processo administrativo.

§ 4º No caso da suspensão para verificação do programa de integridade, o processo de responsabilização deve ser concluído e não será aplicada a atenuante respectiva.

Art. 63. Nos casos de suspensão do processo previstos neste capítulo não haverá a suspensão da prescrição.

§ 1º O servidor responsável ou o presidente da comissão serão os responsáveis por acompanhar as diligências que deram causa à suspensão, solicitando informações e adotando medidas para imprimir maior agilidade a sua conclusão na esfera competente.

§ 2º O responsável ou o presidente da comissão serão responsáveis por zelar pelo respeito aos prazos máximos de suspensão e comunicar a autoridade competente da necessidade de sua revogação.

§ 3º A depender da importância da prova e do estado do processo, se não houver riscos maiores à prescrição, a autoridade competente poderá mantê-lo suspenso para além dos prazos indicados no art. 62, por decisão fundamentada.

CAPÍTULO VIII

DA RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 64. Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções do art. 156, I, II e III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#) caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.

§ 1º A intimação deverá conter cópias do relatório conclusivo e da decisão da autoridade competente e será feita na forma do art. 44, §§ 4º, 5º e 6º.

§ 2º O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

§ 3º No caso de aplicação de multa, sua cobrança deverá ser feita em conjunto com a intimação e constar todos os dados necessários para o devido pagamento.

Art. 65. Da aplicação da sanção administrativa prevista no art. 156, IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Art. 66. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. No caso de haver interposição de recurso contra aplicação de multa, a cobrança será suspensa e deverá ocorrer, se for o caso, em conjunto com a intimação sobre o indeferimento do recurso, mediante o encaminhamento da Guia de Recolhimento da União – GRU.

Art. 67. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser submetidos ao órgão de assessoramento jurídico para emissão de parecer, antes da decisão.

Art. 68. Deverá ser promovida a intimação do acusado da decisão final, com cópias do parecer e da decisão, na forma do art. 64, § 1º.

CAPÍTULO IX

DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 69. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial.

Parágrafo único. Todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 70. A desconsideração da personalidade jurídica será feita em processo próprio e incidental, que tramitará vinculado ao processo de responsabilidade, ainda que instaurado após a decisão definitiva deste.

§ 1º O processo de desconsideração será instaurado e julgado pela autoridade responsável pela instauração do processo de responsabilidade e conduzido pelo mesmo servidor responsável ou comissão.

§ 2º A instauração depende de indícios mínimos de autoria e materialidade de algum dos fundamentos que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica, com indicação das pessoas, físicas e jurídicas, que possam ser atingidas com a decisão.

Art. 71. Instaurado o processo para apurar fatos que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica, o servidor responsável ou a comissão determinará a intimação das pessoas,

físicas e jurídicas, que possam ser atingidas pela punição ou execução, para acompanhar as diligências necessárias à elucidação, bem como requerer provas.

§ 1º A apuração é ampla e não está vinculada aos indícios mínimos que ensejaram a instauração do processo de desconconsideração da personalidade jurídica.

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas que podem ser atingidas pelo ato de desconconsideração serão intimadas de todo o ato de produção de prova, salvo aqueles para os quais o sigilo é imprescindível a sua eficácia probatória.

§ 3º Após a produção das provas que a comissão entender necessárias, incluídas as requeridas e deferidas pelas pessoas físicas ou jurídicas, a comissão elaborará relatório conclusivo e fixará prazo de 10 (dez) dias úteis para que as pessoas apresentem defesa final.

§ 4º O relatório indicará os fundamentos fáticos e jurídicos para a desconconsideração da personalidade jurídica, bem como as pessoas, físicas ou jurídicas, que serão atingidas pela extensão dos efeitos da decisão.

§ 5º Decorrido o prazo para todas as defesas, cuja contagem será feita de forma individual pela ordem de intimação, a autoridade encaminhará o processo para a unidade de assessoramento jurídico e, após o parecer, decidirá apontando os atos concretos e as pessoas incluídas no espectro de responsabilização pelas infrações administrativas da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 6º Aplicam-se ao processo de desconconsideração da personalidade jurídica os prazos e efeitos do pedido de reconsideração e recurso, conforme a natureza da sanção, na forma do capítulo anterior.

Art. 72. A instauração do processo de desconconsideração da personalidade jurídica poderá suspender o processo de responsabilização, quando conveniente a sua instrução.

§ 1º Quando o processo estiver em fase de execução, poderão ser sobrestadas medidas executivas enquanto não concluído o processo de desconconsideração da personalidade jurídica.

§ 2º A decisão do processo de desconconsideração será juntada ao processo para que contra as pessoas físicas e jurídicas abrangidas pela extensão da desconconsideração tenham prosseguimento as sanções aplicadas.

CAPÍTULO X

DA REABILITAÇÃO

Art. 73. Será admitida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 1º A sanção pelas infrações previstas no art. 155, VIII a XII, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 2º Após decisão da autoridade competente, deverão ser tomadas todas as providências para retirada da pessoa jurídica dos cadastros restritivos de licitar e contratar.

CAPÍTULO XI DA EXECUÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 74. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:

I - no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

II - no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

III - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 75. A GRU deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento pelo licitante ou contratado sancionado, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

Parágrafo único. Caso o licitante ou contratado requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos do artigo seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada.

Art. 76. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I - desconto dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU; e

II - desconto da garantia.

§ 1º Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no caput deste artigo, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

§ 2º Cada ramo do MPU e da ESMPU deverá manter cadastro informatizado das multas inadimplidas, de modo que os créditos decorrentes das multas inferiores ao valor mínimo, estabelecido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para encaminhar solicitação de inscrição em dívida ativa da União, possam ser consolidados para viabilizar a sua inscrição.

§ 3º O valor das multas será atualizado individualmente, por meio da incidência de juros, correção monetária e demais penalidades incidentes, garantindo a atualidade do valor global.

CAPÍTULO XII

DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 77. O débito resultante de multa aplicada em decorrência de infração administrativa de que trata esta Portaria poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal do devedor à Administração, justificando a razão do pedido e aceitando expressamente as condições para o parcelamento previstas nesta Portaria.

§ 1º O requerimento do devedor deverá conter comprovante de que recolheu à Administração a quantia correspondente a uma parcela, calculada pela divisão do valor do débito que pretende parcelar dividido pelo número de prestações pretendido, sob pena de indeferimento sumário do pleito.

§ 2º Caberá à autoridade que aplicou a sanção de multa decidir, motivadamente, sobre o deferimento do pedido de parcelamento, bem como o número de parcelas, analisando os riscos do inadimplemento, a situação econômica do devedor e a vantagem ao interesse público.

§ 3º Enquanto não houver decisão da Administração, o devedor deverá recolher mensalmente, a título de antecipação, a quantia calculada nos termos do § 1º.

§ 4º No caso de os débitos se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o devedor deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 5º O pedido de parcelamento somente será deferido com cláusula penal de 20% (vinte por cento) para o caso de inadimplência, incidente sobre o saldo do débito.

§ 6º O pedido de parcelamento constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito.

§ 7º Somente se procederá ao parcelamento do valor residual da dívida, após o desconto do valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada.

Art. 78. O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão entre o valor do débito que se pretende parcelar e o número de prestações.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do limite mínimo definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, contados do vencimento da obrigação de recolhimento.

§ 3º A mora implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela.

Art. 79. A inadimplência no pagamento ensejará o cancelamento automático do parcelamento concedido e a imediata exigibilidade do débito não quitado, aditado do valor da cláusula penal.

Parágrafo único. Considera-se inadimplência:

I - a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou intercaladas; e

II - a mora superior a 30 (trinta) dias, na quitação da parcela, ainda que venha a ser adimplida.

Art. 80. O cancelamento do parcelamento antecipa o vencimento de todas as parcelas, constituindo dívida única e exigível, acrescida da cláusula penal, da multa de mora e dos juros e correções.

Parágrafo único. Apurado o saldo devedor, será providenciado, conforme o caso, o encaminhamento do débito para o prosseguimento da cobrança ou inscrição em dívida ativa.

Art. 81. O parcelamento deferido na forma deste capítulo não implica novação.

Parágrafo único. É vedado novo parcelamento relativo ao mesmo débito, seja do valor total seja do valor parcial.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados

como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

Art. 83. As penalidades exclusivamente contratuais, assim consideradas as que não integram o rol do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), serão cobradas por meio de processo sumário específico, definido em norma complementar.

§ 1º Cada ramo do MPU e da ESMPU, por meio de sua Secretaria Geral ou Diretoria Geral, estabelecerá o procedimento para aplicação e cobrança das penalidades contratuais, devendo haver previsão de prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso.

§ 2º Quando a multa de mora e outras penalidades contratuais forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade.

§ 3º No ato de instauração do processo, a autoridade competente deverá decidir sobre o trâmite conjunto da aplicação das penalidades contratuais com o processo sumário ou de responsabilização.

Art. 84. Os ramos do MPU e a ESMPU devem editar normas complementares a esta Portaria para assegurar a sua aplicação, fixando as autoridades e setores competentes para conduzir o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Geral do MPU, em conjunto com a Auditoria Interna do Ministério Público da União - AUDIN/MPU, definir os critérios para implantação, avaliação e aperfeiçoamento de programa de integridade para os fins desta Portaria.

Art. 85. Compete ao Secretário-Geral do MPU dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 86. No prazo de 30 (trinta) dias os regimentos internos dos ramos do MPU e da ESMPU devem ser adequados para atenderem às competências previstas nesta Portaria.

Art. 87. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Este texto não substitui o [publicado no DOU, Brasília, DF, 15 set. 2023. Seção 1, p. 204-208.](#)



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento tem por objetivo apresentar sucintamente o planejamento da aquisição de materiais de consumo, por meio do sistema de registro de preços, para atender as demandas da Procuradoria Geral do Trabalho, abrangendo itens como: **Conta 04** - Gás Engarrafado, **Conta 22** - Material de Limpeza e Produtos de Higienização, **Conta 24** - Material para Manutenção de Bens Imóveis, **Conta 25** - Material para Manutenção de Bens Móveis, **Conta 26** - Material Elétrico e Eletrônico e **Conta 42** - Ferramentas, estabelecendo os parâmetros para atendimento das necessidades da administração e visando minimizar os riscos inerentes às aquisições.

1.2 Todas as contratações públicas devem ser previamente planejadas. Nesse contexto, o presente documento apresenta os Estudos Técnicos Preliminares e o Gerenciamento de Riscos consolidados pela Comissão de Planejamento da Contratação, formalmente designada pela Portaria nº 1.238/2025, com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e econômica da aquisição pretendida, em alinhamento com as disposições contidas no art. 6º, inc. XX, inc. XXIII e inc. XXV da Lei 14.133/2021.

1.3 Assim, o objetivo primordial desse Estudo Técnico Preliminar é avaliar a viabilidade da aquisição de materiais de consumo essenciais ao atendimento das rotinas do órgão.

1.4 Coube a esta comissão: identificar a necessidade; especificar e dimensionar todos os itens; elencar os requisitos da contratação; apontar alguns dos riscos já mapeados e que possam surgir durante o processo de compra, bem como sugerir as soluções para remediar eventuais problemas de forma mais célere e eficaz.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A contratação visa atender às solicitações mensais de materiais de consumo, imprescindíveis e essenciais para a execução das atividades administrativas e para a rotina operacional do órgão, evitando transtornos à Administração e assegurando a continuidade e o desenvolvimento de suas funções institucionais.

2.2 A Procuradoria Geral do Trabalho mantém um estoque mínimo, de acordo com a média mensal dos últimos 12 (doze) meses, para assegurar o atendimento das solicitações de material de forma célere, pontual, necessária e adequada.

2.3 Para o levantamento dos dados foi elaborada a planilha de controle, consumo e estoque de acordo com Inventário das contas 04, 22, 24, 25, 26 e 42 (Doc n.º 004166.2025,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Logística

Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

Doc n.º 004167.2025, Doc n.º 004168.2025, Doc n.º 004169.2025, Doc n.º 004170.2025 e Doc n.º 004171.2025), Relatório – Renovação de Estoque (Doc n.º 034167.2025) e Relatório de Saída (Doc n.º 005131.2025, Doc n.º 005132.2025, Doc n.º 005133.2025, Doc n.º 005134.2025, Doc n.º 005135.2025 e Doc n.º 005136.2025) - emitido por meio do Sistema de Gestão MPT-COSMOS/Almoxarifado. Os quantitativos dimensionados a partir deste estudo, Doc n.º 034167.2025, contemplam, com certa margem de segurança, o abastecimento dos estoques de acordo com a demanda mapeada, o que deverá ser acompanhado pelos segmentos competentes no sentido de avaliar as variações de estoque e promover as medidas necessárias a evitar desabastecimento.

2.4 Os quantitativos propostos consideram as demandas já programadas para serem realizadas no período 2026 e as solicitações dos materiais específicos das áreas demandantes, de acordo com as necessidades informadas na consulta via e-mail: Doc n.º 030054.2025, Doc n.º 030055.2025, Doc n.º 030056.2025, bem como os estudos em andamento no âmbito do PGEA 20.02.0001.0009734/2022-55 – ETP – Almoxarifado Virtual.

2.5 Cumpre destacar que o planejamento desta contratação decorre, também, do iminente término da vigência das Atas de Registro de Preços nº 12/2024 (Conta 24), 13/2024 (Conta 22), 15/2024 (Conta 26) e 17/2024 (Conta 04), em virtude do desinteresse de prorrogação manifestado pelas empresas vencedoras, fato que impõe a necessidade de formalização de novas atas de registros de preços, de modo a assegurar a continuidade do fornecimento e contemplar, adicionalmente, as demandas supervenientes relativas às Contas 25 – Material para Manutenção de Bens Móveis – e 42 – Ferramentas.

2.6 Todos os itens a serem adquiridos serão solicitados/distribuídos via requisições no MPT COSMOS Almoxarifado a serem oportunamente encaminhadas à Seção de Suprimentos/Almoxarifado, por parte dos usuários, para atender as demandas da PGT.

2.7 Vale mencionar que a Administração privilegiará na presente contratação que a empresa contratada adote boas práticas e políticas de sustentabilidade, que contribuam para o desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com os arts. 5º e 11, inc. IV, da Lei 14.133/2021.

3 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

3.1 A contratação está alinhada com os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Trabalho de 2023/2030, quais sejam, o Objetivo Estratégico nº OE15 – Otimizar o orçamento necessário para o alcance dos objetivos do MPT.



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

3.2 A despesa está prevista no Planejamento de Contratações Anual (PCA), na forma dos artigos 12, inciso VII e 18, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/21, conforme demandas nº 34714/2026 - Conta 04; nº 34710/2026 - Conta 22; nº 34709/2026 - Conta 24; nº 34708/2026 - Conta 25, nº 34707/2026 - Conta 26 e nº 34705/2026 - Conta 42.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação encontra amparo legal no art. 82 da Lei 14.133/2021.

4.2 Tendo em vista a necessidade de ressuprir o estoque da Seção de Suprimentos (Almoxarifado) durante os exercícios de 2026, considera-se, de acordo com o levantamento efetuado, a necessidade e viabilidade de utilizar o sistema de registro de preço, modelo que melhor atende à Administração Pública tendo em vista o valor projetado e a especificidade dos itens que são suscetíveis de maior variação de consumo e perecimento.

4.3 A aquisição será promovida mediante a consolidação do objeto por item ou em grupos/lotes, por tipo, gênero e correlação dos produtos, de acordo com o caso concreto, tomando em consideração a segmentação do mercado, de modo a privilegiar a padronização, a eficiência administrativa, a economia de escala e a atratividade do certame.

4.4 Toda a descrição técnica dos materiais, bem como dos componentes que irão integrar como acessórios, foram detalhados nos Termos de Referência e seus anexos. Esses instrumentos irão consolidar o planejamento da aquisição e fundamentam a organização, a execução e a fiscalização, abrangendo a fase de licitação e a fase de execução das entregas.

4.5 As obrigações contratuais serão descritas no Termo de Referência, de acordo com as cláusulas obrigatórias previstas no art. 92 da Lei 14.133/2021, a serem incluídas na minuta do Termo de Contrato.

4.6 A licitante poderá vistoriar os materiais utilizados pela PGT, com a finalidade de sanar quaisquer dúvidas existentes relativamente às especificações.

4.7 A análise quanto ao histórico de ocorrências de descumprimentos contratuais em contratações similares, assim como a implementação de medidas preventivas, será desenvolvida pelo segmento responsável por cada etapa do procedimento de aquisição, de acordo com suas competências regimentais. Nada obstante, serão observadas as disposições normativas inerentes aos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR) no que concerne às infrações e a dosimetria na aplicação das penalidades, com a previsão, no instrumento convocatório, das sanções administrativas, visando desestimular o inadimplemento e reforçar a necessidade de cumprimento das obrigações avençadas.



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

5 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE DE MATERIAL A SER CONTRATADA ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1 As quantidades a serem adquiridas foram consolidadas com base na estimativa paramétrica ao considerar:

- I) a memória de cálculo apresentada no relatório de consumo dos exercícios de 2024/2025;
- II) a consulta às áreas demandantes de materiais específicos;
- III) a validade e quantidade dos produtos constantes do depósito; e
- IV) os planejamentos estratégico, tático e operacional quanto aos possíveis eventos ocorridos no órgão.

5.2 As planilhas anexadas ao PGEA como Doc n.º 039056.2025e Doc n.º 039203.2025 são parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar e listam todos os itens a serem adquiridos, estabelecem a projeção das quantidades, bem como apresentam uma estimativa preliminar do valor a ser despendido com a aquisição. Os materiais relacionados são rotineira e frequentemente utilizados no âmbito da Procuradoria Geral do Trabalho, durante todo o exercício, sendo os quantitativos necessários, portanto, objetivamente definidos de acordo com as demandas apresentadas, nos termos descritos no presente estudo.

5.3 Para verificação da viabilidade econômica preliminar, estimou-se o montante total da contratação em **R\$ 121.670,66 (Cento e vinte e um mil seiscentos e setenta reais e sessenta e seis centavos)**, sendo alocados de acordo com os seguintes subitens orçamentários:

Conta	Descrição	Valor DFD - R\$
04	Gás Engarrafado	26.218,50
22	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	6.870,00
24	Material para Manutenção de Bens Imóveis	34.634,48
25	Material para Manutenção de Bens Móveis	23.500,80
26	Material Elétrico e Eletrônico	28.427,88
42	Ferramentas	2.019,00
	TOTAL	121.670,66

5.4 Os valores projetados estão dentro dos limites estabelecidos globalmente no PCA 2026 para aquisição de material de consumo, onde as variações por subitem de despesa são decorrentes das oscilações das demandas empreendidas pelos diversos segmentos do órgão.



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESCOLHA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1 O histórico de aquisição de materiais de consumo, sustentado nas informações apresentadas neste relatório e na verificação da prática adotada no âmbito das contratações públicas, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades do órgão, mediante a formalização de Atas de Registros de Preços, configurando-se como uma solução usual e já sedimentada no âmbito da administração pública.

7 ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

7.1 A Instrução Normativa nº 73 de 05/08/2020-MPOG e a PORTARIA PGR/MPU Nº 100, de 31 de maio de 2023 prevê as possibilidades de pesquisa de mercado e dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de levantamento de preços objetivando a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. As diretrizes constantes dos referidos normativos foram consideradas pela Comissão de Planejamento, a despeito de outros dispositivos a serem observados nas fases posteriores. Em uma primeira análise, a projeção de valores foi estabelecida com base nas referências obtidas nas últimas aquisições realizadas pela PGT, quando possível, e em pesquisas na Internet para espelhar a realidade dos preços, tendo em vista o período inflacionário em contexto mundial, o que deverá ser convalidado ou complementado pelo segmento competente, utilizando-se dos mecanismos legalmente previstos.

7.2 Será adotado o critério de julgamento das propostas pelo menor valor consolidado por item ou por grupo/lote, de acordo com a consolidação expressa nos Termos de Referência, devendo ser avaliada, ainda, a possível ocorrência de variações excessivas nos preços individualmente atribuídos a cada item, parametrizando-se pelos preços máximos estabelecidos pela administração, com a finalidade de evitar distorções nos valores propostos.

7.3 Os itens a serem adquiridos são caracterizados como comuns, com vasta rede de fornecimento em todo o território nacional, o que pode se confirmar em pesquisas realizadas nos sítios eletrônicos (internet).

8 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A solução para atendimento das necessidades do órgão é bastante simplificada, sendo materializada pela condução do procedimento licitatório e posterior formalização da Atas de Registro de Preços estabelecendo os direitos e obrigações entre as partes, viabilizando a



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

aquisição dos materiais de consumo relacionados de acordo com as demandas e necessidades surgidas durante o prazo de vigência do ajuste.

8.2. O fornecimento deverá ocorrer nas dependências da contratante, sob orientação técnica de seus servidores, observadas as exigências e obrigações estabelecidas, especialmente aqueles referentes ao cumprimento dos requisitos, normas e regras da instituição.

8.3. Nos Termos de Referência serão descritas, de forma pormenorizada, as condições de fornecimento a serem observadas pela empresa contratada e as especificações dos materiais.

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação será promovida mediante a formalização de Atas de Registro de Preços, consolidadas de acordo com a natureza dos itens relacionados, objetivando privilegiar a eficiência administrativa, a economia de escala, a atratividade do certame, o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade, em consonância com as especificidades do objeto a ser adquirido, viabilizando o processamento de aquisições parceladas de acordo com a demanda surgida.

9.2 O critério de julgamento será o menor preço por grupo/lote ou por item, conforme consolidação constante do Anexo I deste Termo de Referência e do Edital de Licitação.

9.3 O agrupamento dos materiais, quando aplicável, é indispensável em razão da natureza dos itens que compõem a contratação, correlacionados por tipo/gênero, bem como da economia de escala e da eficiência administrativa obtidas com o maior volume da contratação e da atratividade do certame para potenciais licitantes;

9.3.1. Eficiência Administrativa: considerando não ser conveniente e oportuno o fornecimento fragmentado por diversas empresas, ao lidar com um único ou poucos fornecedores reduz-se o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, resultando na otimização do gerenciamento do contrato/ata de registro de preço, em conformidade com os ditames do Acórdão 861/2013-TCU Plenário;

9.3.2. Economia em Escala: “Deve o gestor atentar-se para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da Administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeito contrário, ou seja, aumento de preços” (Licitações & Contratos Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, p. 226, Brasília, 2010). Considerando-se que os itens agrupados possuem a mesma natureza funcional e o mesmo nicho de mercado fornecedor, o agrupamento resultará na formalização de aquisições de vulto mais significativo e, por consequência, possibilitará a oferta de preços mais vantajosos para a Administração;



Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

9.3.3. Maior Atratividade do Certame: a possibilidade de majoração dos lucros resultante do agrupamento, aliada ao fato de que os potenciais fornecedores dos itens agrupados são os mesmos, objetiva despertar maior interesse aos participantes da licitação no sentido de incentivar a maior competitividade, em consonância com o entendimento exposto no Acórdão n.º 1620/2010-TCU Plenário;

9.4 A aquisição dos itens que não possuem similaridade de gênero/tipo ou são fornecidos por nichos distintos de mercado será processada mediante adoção do critério de julgamento por item.

10 RESULTADOS PRETENDIDOS

10.2 O objetivo primordial desse estudo preliminar é viabilizar a aquisição dos materiais relacionados, de forma adequada às necessidades da Administração e, por consequência, alcançar a contratação economicamente mais vantajosa, a maior eficiência administrativa e promover melhorias no processo de gestão e fiscalização contratual.

10.3 De forma complementar, espera-se alcançar a padronização e aperfeiçoamento das descrições, bem como dos requisitos e valores projetados.

11 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.2 A contratação não ensejará adequações nas instalações estruturais da Procuradoria Geral do Trabalho, uma vez que o órgão dispõe de depósito para o armazenamento do material.

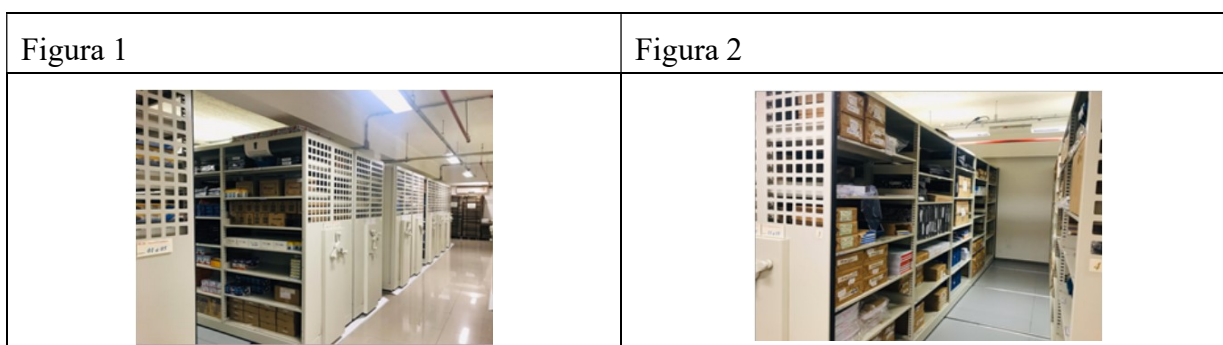


Figura 1 e 2 – Fotos do depósito do almoxarifado da PGT - localizado no 2º Subsolo

11.3 Em momento oportuno, quando da assinatura das Atas de Registro de Preços, serão designados servidores para o acompanhamento e fiscalização, a título de representantes da Procuradoria Geral do Trabalho.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Logística

Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

11.4 A execução do objeto contratado, em conformidade com as disposições contidas no inciso III do art. 104 c/c o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será acompanhada por servidores designados pela Administração competindo-lhe, dentre outras atividades:

- I. fiscalizar a execução do objeto, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições assumidas pelos contratantes;
- II. comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- III. determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer atos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- IV. sugerir que seja susgado o pagamento das faturas, no caso de inobservância pela Contratada das obrigações constantes avençadas.

11.5 O acompanhamento e a fiscalização da execução da avença consiste na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

11.6 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

11.7 A CONTRATANTE poderá se servir de todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle.

11.8 Para um melhor acompanhamento sugere-se que a indicação dos fiscais seja feita de modo a não sobrecarregar os servidores.

12 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

12.1. Serão implementados quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados aos objetivos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Trabalho 2023 a 2030 – Portaria 479/2023 de 28 de março de 2023.

12.2 Na hipótese de os valores estimados para aquisição dos itens ou grupos de itens objeto deste Termo de Referência se enquadrarem nos limites estabelecidos, poderão ser destinados itens ou grupos exclusivamente para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123/06 e o art. 6 do Decreto 8.538/2015.



Comissão de Planejamento

PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

12.3 Diante da necessidade de padronização e especificidade dos itens, além do possível comprometimento à gestão do fornecimento, caso seja ultrapassado, por item ou por grupo, o limite que autoriza a participação exclusiva de microempresa e empresas de pequeno porte, não serão estabelecidas cotas específicas para esta finalidade.

13 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra tecnicamente e economicamente viável, está alinhada aos objetivos estratégicos do órgão, é imprescindível para o desenvolvimento das atividades do Ministério Público do Trabalho e que há orçamento destacado para custear as despesas decorrentes.

13.2. Ressalta-se a possibilidade de formalização de contrato de prestação de serviços de outsourcing de almoxarifado virtual, a partir da manifestação de interesse em participar do certame conduzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (IRP nº 02/2025), ou a partir dos estudos técnicos em andamento nos autos do PGEA nº 20.02.0001.0009734/2022-55, que poderá impactar a execução das aquisições decorrentes das Atas de Registro de Preços resultantes da presente contratação, a depender da abrangência da solução implementada.

14 DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação em questão não se enquadra nas exceções previstas na Lei nº 12.527/2011 (lei que regulamenta o acesso à informação), devendo ser dada ampla divulgação nos meios legais e institucionais para possibilitar o acesso por qualquer interessado.

15 CONCLUSÃO

15.1 Levando-se em consideração os estudos que foram realizados e os aspectos normativos observados, resultando na produção dos documentos necessários ao processamento da aquisição (Estudos Técnicos Preliminares, Análise de Riscos e Termo de Referência), encaminhamos este Procedimento de Gestão Administrativa à Diretoria de Administração para apreciação.

É o Relatório.

Brasília-DF, 17 de outubro de 2025.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Logística

Comissão de Planejamento
PORTARIA Nº 1.238/2025- DA/DG/PGT, de 19 de agosto de 2025

PGEA: 20.02.0001.0006133/2025-79

Assinatura Eletrônica

Valquíria Faria Gonçalves
Integrante Requisitante

Assinatura Eletrônica

Rennan Hiago Santana da Rocha
Integrante Requisitante

Assinatura Eletrônica

Renato Daniel Crisostomo Liess
Integrante Técnico

Assinatura Eletrônica

Elson Fernando Costa Cumaru
Integrante Técnico

Assinatura Eletrônica

José Vitor de Aguiar Vieira
Integrante Administrativo